

ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS: PLURIATIVIDADE E
DESIGUALDADES SOCIOECÔNICAS NAS GRANDES REGIÕES
DO BRASIL

ALDA PINTO DA SILVA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

ABRIL - 2013

ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS: PLURIATIVIDADE E
DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS NAS GRANDES REGIÕES
DO BRASIL

ALDA PINTO DA SILVA

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.”

Orientador: Prof. Dr. Marlon Gomes Ney

Co-orientadora: Prof^a Dr^a. Vanuza da Silva Pereira Ney

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

ABRIL – 2013

ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS: PLURIATIVIDADE E
DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS NAS GRANDES REGIÕES
DO BRASIL

ALDA PINTO DA SILVA

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.”

Aprovada em 11 de abril de 2013.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza (Doutor em Economia Aplicada –UFV) – UENF

Prof. Dr. Niraldo José Ponciano (Doutor em Economia Aplicada - UFF) – UENF

Prof^ª. Dr^ª. Vanuza da Silva Pereira Ney (Doutora em Produção Vegetal –UENF) - UFF
(Co-orientadora)

Prof. Dr. Marlon Gomes Ney (Doutor em Economia Aplicada- Unicamp) – UENF
(Orientador)

“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.”

(Nelson Mandela)

Aos meus pais Romildo (em memória) e Romilda, com todo o meu amor.

À minha irmã Amanda pelo carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que sempre encaminhou meus passos.

Aos meus pais, Romildo (em memória) e Romilda, pelo exemplo de honestidade, integridade, amor, força e fé empenhados em minha educação. Com vocês aprendi a nunca abaixar a cabeça diante dos desafios e sempre persistir com os nossos sonhos. Mãe obrigada por tudo, você é sempre será minha fonte de inspiração, cada linha escrita neste trabalho é dedicada, acima de tudo, a você.

À minha irmã Amanda pelos conselhos e incentivos dedicados, mesmo a distância não impediu sua contribuição neste trabalho. À minha avó de coração Laurinha por toda à torcida, compreensão e incentivo.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Marlon Gomes Ney, pelo carinho, paciência, compreensão e atenção ao longo desses 6 anos como meu professor e orientador na UENF, durante toda a graduação e no mestrado. Obrigada por acreditar e tornar possível este trabalho.

A todos os amigos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais ingressos no ano de 2011. Partilhamos muitas alegrias e angústias juntas. Em especial as queridas Manoela Magalhães e Eliane Conti.

Agradeço todos meus colegas do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA) pelo convívio diário.

Por fim, agradeço a todos que diretamente ou indiretamente fizeram parte deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E QUADROS -----	VIII.
LISTA DE TABELAS -----	IX.
RESUMO -----	X.
ABSTRACT -----	XI.
INTRODUÇÃO -----	12.
CAPÍTULO 1- Apontamentos sobre a questão agrária -----	17.
1.1- Questão agrária e suas contradições-----	17.
1.2- Formação socioeconômica brasileira e desigualdade na agricultura----	23.
CAPÍTULO 2- Modernização Conservadora e a agricultura familiar no Brasil --	29.
2.1- A política de Modernização Conservadora-----	29.
2.2- A intensificação das atividades rurais não-agrícolas e a pluriatividade---	33.
2.3- Contradições do processo brasileiro-----	42.
2.4- Notas sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)-----	43.
CAPÍTULO 3- Notas Metodológicas -----	50.
3.1- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-----	50.
3.2- Os métodos da pesquisa-----	51.
CAPÍTULO 4- Os resultados dos dados da PNAD -----	55.
4.1- A renda das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”-----	55.
4.2- O nível educacional entre indivíduos “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”-----	60.
4.3- O tempo dedicado ao trabalho entre os indivíduos “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”-----	75.
Considerações Finais -----	90.
Referências Bibliográficas -----	94.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

- Figura 1-** Novas relações e atividades no mundo rural-----35.
- Quadro 1-** Situações de desenvolvimento do emprego rural não-agrícola comuns nos países da América Latina-----39.
- Figura 2-** Nível e participação da renda não-agrícola no rendimento das famílias rurais, conforme estratos (quintos) de rendimento domiciliar *per capita* delimitados por percentis. Regiões rurais, 2000-----40.
- Figura 3-** Distribuição dos recursos do PRONAF entre as Unidades da Federação, 2006-----47.
- Figura 4-** Participação das Unidades da Federação na agricultura familiar, 2006---48.
- Quadro 2** - Diferença percentual e o total de pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar, PNAD, 2009-----54.
- Figura 5-** Renda média das pessoas em domicílios “*exclusivamente agrícolas*” e “*pluriativos*” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009-----56.
- Figura 6-** Porcentagem de pessoas em domicílios “*pluriativos*” em atividades agrícolas e não-agrícolas por Grande Região e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009-----58.
- Figura 7-** Média de anos de estudo entre pessoas em domicílios rurais “*exclusivamente agrícolas*” e “*pluriativos*” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009-----62.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Diferença percentual de pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009---57.

Tabela 2- Número de pessoas em domicílios “pluriativos” em atividades agrícolas e não-agrícolas por Grande Região e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009-----59.

Tabela 3- Nível educacional entre pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009---64.

Tabela 4- Média de anos de estudo entre os estratos de renda de pessoas em domicílios “*exclusivamente agrícolas*” e “*pluriativos*” por grandes regiões e Brasil. PNAD, 2009-----67.

Tabela 5- Diferença percentual entre os estratos de renda e o nível educacional de pessoas em domicílios “*exclusivamente agrícolas*” por grandes regiões e Brasil. PNAD, 2009-----69.

Tabela 6- Diferença percentual entre os estratos de renda e o nível educacional de pessoas em domicílios “*pluriativos*” por grandes regiões e Brasil. PNAD, 2009-----72.

Tabela 7- Porcentagem de horas trabalhadas entre pessoas em domicílios “*exclusivamente agrícolas*” e “*pluriativos*” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009-----76.

Tabela 8- Estratos de renda em relação a porcentagem de horas trabalhadas em domicílios “*exclusivamente agrícolas*” e “*pluriativos*” por grandes regiões e Brasil, PNAD, 2009-----78.

Tabela 9- Nível educacional das pessoas em relação a porcentagem de horas trabalhadas em domicílios “*exclusivamente agrícolas*” por grandes regiões e Brasil, PNAD, 2009-----82.

Tabela 10- Nível educacional das pessoas em relação à porcentagem de horas trabalhadas em domicílios “*pluriativos*” por grandes regiões e Brasil, PNAD, 2009---86.

RESUMO

A pesquisa estuda as características gerais das desigualdades socioeconômicas entre pessoas em domicílios rurais ocupadas em atividades agrícolas e nas atividades rurais não-agrícolas na agricultura familiar. É demonstrada a intensificação das chamadas pessoas pluriativas, isto é, indivíduos em domicílios rurais que combinam as atividades “rurais não-agrícolas” com as atividades “exclusivamente agrícolas” dentro ou fora da produção rural familiar. Através dos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios) por grandes regiões, o trabalho avalia a renda média, o tempo dedicado ao trabalho, bem como o nível educacional entre indivíduos em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”, para verificar como estes têm utilizado o recurso da pluriatividade, para manutenção ou diversificação da renda do trabalho. É corroborado que as pessoas “exclusivamente agrícolas” oriundas do Norte e Nordeste do Brasil possuem uma defasagem em relação a sua renda, nível educacional, e até mesmo ao seu percentual de tempo dedicado ao trabalho. Outro dado importante é a confirmação de que os “pluriativos” detêm, nas variáveis já citadas, melhores índices de desenvolvimento, com destaque para aqueles originários das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As pessoas mais pobres possuem maior necessidade para ingresso no setor rural não-agrícola, todavia esses locais como as regiões Norte e Nordeste demonstram ser mais restritos em capacidade devido à escassez de recursos, como educação, terra e etc. O ingresso na pluriatividade para esses indivíduos parece estar se dando pelos fatores de expulsão. Assim, o trabalho aponta para a necessidade do uso de políticas sociais específicas e regionais que garantam a manutenção da renda/trabalho dos agricultores familiares, visto que o recurso das atividades rurais não-agrícolas para os indivíduos em domicílios “pluriativos” têm evidenciado que ele não é usado apenas para a diversificação da produção mas também como tática de sobrevivência e permanência no campo, especialmente, nas regiões Norte e Nordeste.

Palavras-Chave: Atividades Rurais Não-Agrícolas; Pluriatividade; Agricultura Familiar; Políticas Sociais.

ABSTRACT

The research studies the general characteristics of the socioeconomic inequalities between people in rural domiciles practicing agricultural activities and non-agricultural activities in the family farming. The intensification of the called pluriactive families is demonstrated, in other words, individuals living in rural domiciles that combine the “rural non-agricultural” activities with the “exclusively agricultural” activities in or out of the rural familiar production. Through the NRSB micro data (National Research for Sample of Domicile) through large regions, the study evaluates the average income, the time dedicated to work, as well as the educational level between people in “exclusively agricultural” and “pluriactive” domiciles, in order to verify how these people have been using the pluriactivity resource for the maintenance or diversification of the income from work. It is corroborated that the “exclusively agricultural” people from the North and Northeast of Brazil have a gap relating to their income, educational level, and even their percentage of time dedicated to work. Another important fact is the confirmation that the “pluriactive” have, in the mentioned variables, better development index, mainly the individuals from the South, Southwest and Central West Regions. The poorest people have a greater need to enter the rural non-agricultural sector, however places like the North and Northeast Regions demonstrate to have more restrictions in capacity due to the scarcity of resources like education, land, etc. The entrance in the pluriactivity for these individuals seems to be happening by expulsion factors. Thereby, the study indicates the necessity of using specific and regional social politics that guarantee the maintenance of the family farmers’ income/work, since the rural non-agricultural activities resources for the individuals in “pluriactive” domiciles have shown that it is no used only for the diversification of production, but also as a tactic of surviving and permanence in the countryside, like specially in the North and Northeast regions.

Key words: Rural Non-Agricultural Activities, Pluriactivity; Family Farming; Social Policies

Introdução

O espaço rural vem passando por profundas transformações. No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é contemporâneo e não detém contornos claros e definidos. A pesquisa dissertativa busca analisar o efeito das atividades rurais não-agrícolas, para a manutenção ou diversificação da renda rural de pessoas residentes em domicílios rurais familiares.

Reardon et. al. (1998) demonstram que o setor RNA (rural não-agrícola) possui efeitos muito importantes sobre o emprego e para a produtividade de uma economia rural. A renda gerada por esse setor é parte crescente dos empregos rurais, incluindo a dos mais pobres, pois tem se configurado em um importante complemento para a renda das atividades derivadas do setor agrícola, especialmente para pequenos produtores e sem-terra, consistindo-se em uma forma de enfrentamento dos problemas que surgem durante a produção agrícola.

Desta forma, Graziano da Silva e Del Grossi (2000) ao estudarem, mais especificamente o Brasil, relatam que as atividades rurais não-agrícolas tem se tornado um importante componente da economia rural e que derivam basicamente: 1)- das atividades econômicas oriundas da produção de insumos agropecuários; 2)- consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato, turismo rural etc., que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias; 3)- serviços públicos nas zonas rurais, entre outras formas de trabalho não-agrícola. Frente ao exposto, as pessoas em domicílios rurais, que partilhavam atividades

agrícolas com atividades não-agrícolas passaram a ser denominadas como pluriativas, já que exerciam mais de uma atividade econômica.

Para Reardon et. al. (1998) a entrada de indivíduos no setor RNA depende de alguns fatores como: os incentivos e também da capacidade de participação que eles possuem. Os incentivos são denominados pelos autores como fatores de “atração” e “expulsão”- que serão explorados com mais detalhes no segundo capítulo. Contudo, pode-se afirmar, já neste momento, que alguns lugares possuem altos incentivos e baixa capacidade de atuação no RNA. Já as capacidades importantes que influenciam na participação das pessoas são baseadas em alguns requisitos como: educação, conhecimentos e habilidades específicas, algum tipo de riqueza e ainda a localização da propriedade.

Os lugares mais pobres possuem alta necessidade de participar das atividades rurais não- agrícolas, todavia eles são mais limitados em suas capacidades justamente por não possuí-las. Já com os mais ricos acontece o inverso, possuem maior capacidade, mas não detém tanta necessidade de ingresso no setor. Para os lugares mais pobres a entrada no setor tende a ser maior, posteriormente ela descrece para os medianos e depois cresce novamente para os indivíduos mais ricos. Por outro lado, os dados mostram que os níveis de renda no setor aumentam à medida que aumenta a renda total do lugar, a educação e também a terra. As atividades rurais não-agrícolas tem sido um importante recurso para a criação de empregos nas zonas rurais e conseqüentemente na diminuição da pobreza. (REARDON ET. AL., 1998)

Diante de breves explicitações, a presente pesquisa dissertativa estuda as desigualdades socioeconômicas entre pessoas em domicílios rurais ocupadas em atividades agrícolas e nas atividades rurais não-agrícolas avaliando a contribuição dessas atividades para as disparidades de rendimentos na agricultura familiar. É demonstrada a intensificação da pluriatividade, isto é, pessoas em domicílios rurais que exercem as atividades “rurais não-agrícolas” juntamente com as atividades “exclusivamente agrícolas” dentro ou fora da produção rural familiar; além disso, também é demonstrado até que ponto as atividades rurais não-agrícolas tem se tornado um importante componente da renda dos agricultores familiares.

Através da utilização dos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do Brasil, o trabalho realiza uma análise descritiva das desigualdades socioeconômicas, da renda média, do tempo dedicado ao trabalho, bem como do nível educacional de pessoas em domicílios “pluriativos” e em residências “exclusivamente

agrícolas” por grandes regiões. Assim, a pesquisa faz um debate sobre o comportamento socioeconômico desses indivíduos, e ainda como as categorias contempladas têm utilizado a pluriatividade para manutenção e diversificação da renda do trabalho.

Para a compreensão do tema estudado, a pesquisa dissertativa é dividida em 4 seções. O primeiro capítulo traz apontamentos sobre questão agrária e as contradições no processo de formação do campesinato. É demonstrado o pensamento vigente do período em que o campesinato era visto como algo “ultrapassado” pelas transformações capitalistas no campo, e que a solução seria a transformação de parte do campesinato em explorador ou explorado do capital. Configurando no campo as mesmas relações da crescente sociedade urbana.

No entanto, nesta mesma seção são discutidas as críticas à linha de pensamento de Kautsky (1986) feitas por autores como Abramovay (1990), Graziano da Silva (1998) e Schneider (2003) em que se esclarece o pensamento dos autores de orientação marxista, os quais percebiam o mundo rural apenas como “questão agrária”, não considerando as várias transformações que o campesinato poderia passar e também não explicam como as unidades familiares poderiam construir estratégias de sobrevivência à expansão da indústria e da grande agricultura por meio da diversificação da produção e do trabalho no campo.

Ainda no primeiro capítulo é exposto como a formação de uma sociedade desigual que nem a brasileira não possui as mesmas características apresentadas pelos países europeus. A seção evidencia as várias contradições do desenvolvimento social brasileiro, assim como a constituição de um país baseado nas trocas assimétricas de poder, em que reinaram características como patriarcalismo, clientelismo, coronelismo e as velhas oligarquias (rurais ou urbanas), que vieram a fundamentar a opção de política social adotada na década de 1960, ou seja, a escolha pela modernização conservadora e não pela reforma agrária.

O segundo capítulo abordará a evolução recente das desigualdades socioeconômicas, justamente a partir do processo de modernização conservadora, entre pessoas ocupadas em atividades agrícolas e atividades rurais não-agrícolas e avalia a contribuição dessas atividades para disparidades de rendimentos na agricultura familiar. Nesta seção é mostrada a intensificação das chamadas famílias pluriativas, isto é, a combinação das atividades “rurais não-agrícolas” com as atividades “exclusivamente agrícolas” dentro da produção rural familiar. Com o suporte teórico de pesquisadores como Graziano da Silva (2000), Schneider (2003), Nascimento (2007), Buainain (2003), Ganziroli

(2007), entre outros, é demonstrada as várias faces da pluriatividade como um importante componente para a economia rural, seja através da diversificação da renda e produção rural ou mesmo como forma de permanência no campo para muitos agricultores familiares.

Durante a segunda seção demonstrar-se-á breves apontamentos sobre o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e como ele está inserido na dinâmica atual da agricultura familiar brasileira. O objetivo é demonstrar que o programa nasce a partir da pressão de setores do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. Segundo Schneider et. al. (2004) o PRONAF vem garantir as especificidades de uma “nova” categoria social, os agricultores familiares, que até então eram denominados por pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou até mesmo agricultores de subsistência. Contudo, autores como Nascimento (2007), Souza et. al. (2011), Guanziroli, (2007), Carneiro (2007) e etc., evidenciam que a finalidade do programa de proporcionar crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais nem sempre é cumprida. Os autores apontam que os recursos nem sempre são direcionados para os lugares que mais necessitam, privilegiando determinadas regiões como Sul, Centro-Oeste e ainda o estado de Minas Gerais.

Posteriormente é explicitada a metodologia de pesquisa do trabalho. A pesquisa é pautada nos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que produzem informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Assim as pessoas em domicílios rurais serão divididas em “pluriativas”- englobando os indivíduos que exercem atividades rurais não-agrícolas e agrícolas no meio rural- e “exclusivamente agrícolas”.

Após as explicações metodológicas a pesquisa realizará a análise dos dados da PNAD do ano de 2009. Busca-se evidenciar as desigualdades socioeconômicas entre os indivíduos “pluriativos” e “exclusivamente agrícolas”, em que serão comprovadas as enormes diferenças sociais. O objetivo do estudo com os microdados da PNAD é uma análise geral de variáveis como renda, nível de escolaridade, média de anos de estudos e ainda o tempo dedicado ao trabalho por grandes regiões brasileiras, a fim de obter, por meio dos dados estatísticos, um pouco das características gerais regionais brasileiras e analisar o efeito das atividades rurais não-agrícolas nas desigualdades socioeconômicas.

Acredita-se, assim, que o trabalho torna-se importante para aqueles que querem se aprofundar no conhecimento das atividades rurais não-agrícolas e, principalmente, a partir dessa conceituação se aprimorar nos estudos nas desigualdades socioeconômicas entre indivíduos “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” no meio rural brasileiro. Além

disso, o trabalho deve ser interessante para os indivíduos preocupados com o desenvolvimento de políticas sociais que efetivem a redução da desigualdade na distribuição de renda na agricultura familiar.

1- Apontamentos sobre a questão Agrária

Ao centrarmos nossa reflexão em questões que envolvem diretamente a propriedade privada da terra e as relações por ela engendradas, envolvemo-nos no esforço de fornecer elementos que podem contribuir com uma luta que não é somente dos agricultores, dos trabalhadores sem terra, mas de toda a sociedade, uma vez que a exclusão provocada pela estrutura agrária vigente não afeta apenas os pobres do campo, mas dilapida a cidadania, que no Brasil ainda está por ser construída.

...buscaremos inicialmente nos autores clássicos os apontamentos que nos permitem desvendar a evolução dentro da lógica desse modo de produção. São esses apontamentos, recuperados por autores contemporâneos, que lançam luzes para a análise da questão agrária brasileira, cujas expressões mais recentes são o processo de modernização e o acirramento dos conflitos pela posse da terra. (ALMEIDA E PAULINO, pág. 114, 2000)

1.1- Questão agrária e suas contradições

No campo das ciências sociais, estudos sobre a agricultura familiar eram raramente presentes nos debates acadêmicos e somente na segunda metade do séc. XX que as pesquisas ganharam força (Graziano da Silva, 1997, 2001, 2002; Schneider, 2003, 2004; e Abramovay, 1990). Contudo, ao estudar a agricultura familiar não se pode abandonar o debate sobre as questões agrárias.

Karl Kautsky (1986) foi um dos pesquisadores do pensamento marxista a trabalhar com a questão do trabalho camponês. Para o autor quando se pensa a questão agrária do ponto de vista marxista não se deve apresentar somente a questão futura do camponês, mas antes as transformações que esse agricultor sofre dentro do modo de produção capitalista. No livro *“A questão agrária”*, o supracitado corrobora que o desenvolvimento industrial conseguiu transformar a produção familiar, passando o camponês a depender cada vez mais do mercado e o tipo de produção voltada para “si” deixou de ser dominante. Assim, no lugar da cooperativa familiar surgiram estabelecimentos

agrícolas maiores e com empregados contratados. Para a sociedade capitalista burguesa, no final do séc. XIX, em ascensão, o camponês não constituía uma classe bem definida, esperava-se que o desenvolvimento econômico passaria fortemente pelo campo, desta forma o modo de produção do pequeno camponês seria ultrapassado pelo grande proprietário. Para muitos estudiosos do pensamento marxista o camponês tradicional seria objeto de um passado pré-capitalista.

Almeida e Paulino (2000) ressaltam que a classe camponesa era vista para Kautsky como um enigma na construção de uma sociedade socialista, visto que ela detinha uma inconstância política e muitas vezes seus interesses ficavam, ora a favor do proletário, ora a favor da burguesia. Assim, os autores defendem que:

Kautsky procurou reforçar sua visão, fundamentada na concepção de que o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado, opondo-se assim à teoria do trabalho familiar, para a qual os camponeses seriam recriados a partir das imposições do próprio modo de produção em consolidação...Dentro dessa lógica, os tentáculos da indústria se expandiriam para os mais longínquos recantos, inclusive onde ainda predominava o modo de vida camponês. Para Kautsky, por mais às mudanças que fossem as unidades camponesas, elas sucumbiriam ao modo de produção industrial que, em última instância, se constituiria no veículo de seu desaparecimento. (ALMEIDA E PAULINO, pág. 114, 2000)

Graziano da Silva (1998) relata que a partir teoria marxista da proletarização do camponês e, conseqüentemente, do aniquilamento de sua “economia natural” é que se geram as bases do sistema capitalista de produção. O autor esclarece que a própria divisão cidade-campo vem a ser a forma que adquire o desenvolvimento capitalista da agricultura num sentido amplo. Assim, o autor relata dois processos que perpassam esse momento: o primeiro vem a ser a destruição de sua forma natural de economia, que assegurava a “harmonia” um tipo de produção voltada para relação “Homem-Natureza”; em segundo lugar, a partir de uma nova síntese, de reformulação de outra “harmonia” fundamentada cada vez mais no domínio da Natureza e também do controle de métodos artificiais da representação das condições naturais da produção agrícola.

Assim, segundo Kautsky (1986) o sistema capitalista não seria baseado no modo de produção camponês, ou seja, o capitalismo só manteria relações com o campesinato apenas como contingência histórica que seria paulatinamente eliminada pela “*diferenciação social*” dos camponeses em proprietários ou proletários rurais. O grande debate sobre a agricultura foi por muito tempo sobre o desaparecimento de parcela do campesinato e, por

outro lado, sua transformação em “explorador” ou “explorado” do capital econômico, processo que estaria perpassando o campo.

Schneider (2003a) vem afirmar que autores marxistas tratavam o mundo rural apenas como “questão agrária”, o que veio a rotular a penetração do capitalismo na agricultura, a partir do processo de acumulação de capital e de formação da estrutura de classes. É preciso reconhecer essa vertente sociológica teve o mérito de evidenciar como determinadas formas sociais são eliminadas ou superadas.

Segundo Almeida e Paulino (2000), outro pensador importante da questão agrária, Chayanov, dizia que:

...a inserção no mercado de trabalho, que para teóricos como Kautsky seria sinônimo de proletarização, foi interpretada como recurso para a manutenção da condição camponesa. Para Chayanov, essa não se confundiria com a postura burguesa de acumulação, pois lógicas distintas mediavam as explorações capitalistas e camponesas. Apesar das unidades camponesas buscarem a melhor remuneração possível, não estavam fundamentadas na lógica do lucro. (ALMEIDA E PAULINO, pág. 118, 2000)

Chayanov acordava que o desenvolvimento do capitalismo poderia provocar a supressão de outras formas econômicas, relatando até mesmo a probabilidade de desaparecimento do campesinato, todavia não com a agilidade, ritmo e intensidade que Kautsky afirmava. (ALMEIDA E PAULINO, 2000)

Contudo, durante essa mesma discussão a agricultura passou por uma enorme modernização e o camponês tradicional se modificou e se reinventou. Abramovay (1990) deixa evidente que é impossível encontrar uma definição clara de questão agrária nos escritos de Marx. O autor demonstra que as pesquisas realizadas por Kautsky, e ainda por Lênin, de orientação marxista não dão conta da relação entre o pequeno agricultor e o modo de produção capitalista, pois se concentram na “industrialização da agricultura”, o que se demonstrou efetivamente falho. O problema da questão agrária nos trabalhos marxistas é que nenhum deles examinou a fundo o organismo da família camponesa. Nesse sentido o grande impasse para Abramovay (1990) é que não existe nas pesquisas de orientação marxista uma definição clara de camponês. Schneider (2003) demonstra que, embora as pesquisas marxistas a partir do estudo do pequeno agricultor possam ser utilizadas como instrumentos teóricos, elas não explicam como as unidades familiares puderam sobreviver à expansão da indústria e da grande agricultura por meio da diversificação.

Abramovay (1990) denota que nos escritos dos autores de orientação marxistas não existe discussões importantes, como as razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, em países desenvolvidos, o principal mecanismo social de desenvolvimento técnico do campo. O autor vem apontar, em outro momento, que a “agricultura familiar” é um fenômeno altamente generalizado e que não pode ser explicado pela sua herança camponesa em muitos casos. Em nações centrais o Estado teve um papel decisivo na moldagem do capitalismo agrário e coube as políticas agrícolas dar as bases para estabilização aos preços e manter a renda do setor (ABRAMOVAY, 1990).

As políticas agrícolas adotadas nos países centrais foram fatores determinantes para que agricultura desempenhasse papel central no desenvolvimento capitalista, tais como: diminuir o peso da alimentação para os assalariados permitindo que os orçamentos domésticos pudessem ser alocados em outros tipos de bens como os duráveis. Essas bases foram primordiais para o desenvolvimento capitalista no período do final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70 (ABRAMOVAY, 1990).

Marsden (1995) sugere que o conceito chave para elucidar a nova configuração socioeconômica e espacial do meio é a noção de “*commoditization*” (mercantilização), onde para o autor:

...representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos a objetos rurais e agrícolas, mas também ao artesanato e às pessoas. Ela não representa um processo único e universal que transforma apenas o trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, ao contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam. (Marsden 1995, Apud. SCHNEIDER, 2003, pág. 110)

O mundo rural, que durante todo o período fordista se concentrou a realizar somente as funções produtivas agrícolas e alimentares, passou a compreender novas atribuições; ele se tornou um local onde se desenvolve múltiplas atividades produtivas e ocupacionais. No entanto, essas características não seriam suficientes para entender toda a dinâmica da agricultura, para tanto, deveríamos aos olhos de Marsden também analisar as relações internas da propriedade familiar rural e seus processos produtivos (SCHNEIDER, 2003).

Já nos anos 1970 houve uma grande orientação de pesquisas voltadas para o capitalismo como centro para entender as diversas realidades sociais. O camponês

convertia-se em produto do capital e houve uma reflexão acerca das características específicas do processo de desenvolvimento no campo.

Marsden (1995) e Schneider (2003) evidenciam que as mudanças em curso, desde o início de 1990, na política agrícola principalmente em países desenvolvidos estimulam a diversificação da produção, o que para os autores pode ser compreendido como indicativo que o Estado tem criado políticas sociais para o campo que não passam necessariamente pelo estímulo à produção agrícola, o que confirma o recuo do padrão fordista de produção na agricultura e coopera para a proliferação de novas formas de reprodução da força de trabalho na agricultura. Para Marsden o advento das famílias pluriativas dentro da agricultura familiar seria a maior expressão desse novo redirecionamento (SCHNEIDER, 2003).

O trabalho de Fuller é considerado complementar ao de Marsden, e sendo pautado na visão neomarxista da sociologia da agricultura, é de grande importância para o entendimento da pluriatividade. Segundo Schneider (2003, pág. 111) o autor nota a pluriatividade a partir dos organismos que as famílias constituem com o mercado e o ambiente externo “... enfatizando que a natureza da divisão interna do trabalho exerce uma influência decisiva sobre as estratégias adotadas por elas”.

Fuller estuda da pluriatividade a partir do estudo da dinâmica interna familiar. Sugere que se tome a família e o seu ciclo de reprodução como eixo principal de análise, já que a decisão pela diversificação das atividades familiares depende também dos recursos, dos costumes e das tradições da família. Assim, deve-se compreender a propriedade familiar como uma unidade econômica onde a família é o principal agente das resoluções (SCHNEIDER, 2003, pág. 111).

Assim podemos clarificar o fato que:

a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica socioeconômica no meio rural faz parte da sociedade como um todo, e que, em determinadas situações históricas, ela certamente será estabelecida pelo regime capitalista (SCHNEIDER, 2003, pág.112).

A linha de Fuller é pautada na elucidação de que não podemos assinalar a pluriatividade conforme parte do processo de proletarização do trabalho, mas antes temos que caracterizá-la como uma fase da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas. A pesquisa de Fuller (1990) destaca que a pluriatividade pode admitir avaliar

com maior exatidão a forma de modo que o trabalho é enfrentado pelas famílias nos diversos tipos de atividades, a partir de onde vão emergir padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural. (SCHNEIDER, 2003).

Pode-se compreender que, apesar de se aceitar que as alterações do mercado de trabalho sejam decorrência de um padrão pós-fordista em formação, a pluriatividade não é um acontecimento decorrente exclusivamente de processos sociais e econômicos externos às unidades familiares, sem implicar qualquer tipo de (re) ação dos sujeitos afetados. Seria errôneo colocar os agricultores familiares como meros coadjuvantes e que não contribuem, em certa medida, para a ratificação da pluriatividade.

Quando se alcança uma avaliação das teorias empregadas pelos cientistas sociais para estudar temáticas rurais e agrárias, entende-se que também estas passam por ajustes e desafios semelhantes que afetam a teoria social contemporânea, a saber, de um lado, interesses voltados ao diálogo multi e interdisciplinar, e de outro, a tendência à fragmentação e ao pluralismo.

No caso específico da América Latina, Abramovay (1990) relata que, recentemente, houve toda uma discussão sobre a “funcionalidade estrutural da pequena propriedade”. Contudo, o autor deixa claro que esta concepção não é totalmente adequada, pois a agricultura familiar não é tão “pequena” assim e tem sido moldada em países desenvolvidos pelo Estado que definiu suas características. A agricultura familiar nesses países é altamente integrada aos mercados que vem a incorporar os avanços técnicos e nem de longe pode ser considerada camponesa.

Graziano da Silva (1998) resume este momento deixando evidente que, durante o período analisado acima, houve o que o autor denomina de industrialização da agricultura¹, na qual a atividade primária torna-se parte de um setor dependente do capital e integrado a produção industrial. Assim para o supracitado a agricultura ser torna em um ramo de aplicação do capital, particularmente do industrial, que vende insumos para os agricultores e em troca ele compra as mercadorias produzidas pelos agricultores inseridos no processo.

¹ Graziano da Silva (1998) relata que o processo de industrialização da agricultura não deve ser reduzido somente às modificações na forma de produção e na sua relação homem-natureza, mas também na suas relações sociais de produção e com os seus utensílios de trabalho. O que vem a implicar na passagem de um sistema artesanal para um sistema de base manufatureira.

Desta forma a próxima seção do trabalho se volta para ponderações sobre as especificidades da formação social brasileira e como estas influenciaram nas decisões de políticas sociais sobre a agricultura familiar.

1.2-Formação socioeconômica brasileira e desigualdade na agricultura.

A evolução histórica brasileira evidencia que as origens das desigualdades socioeconômicas, incluindo nelas as do campo, são múltiplas. No entanto, o jeito na qual ela vem sendo constantemente reproduzida de geração a geração ao longo da história suscitou sua naturalização, o que acarretou em uma relação mascarada das relações sociais onde não se percebe as suas principais causas políticas, sociais e econômicas. Assim, estudá-la torna-se essencial para compreensão das políticas adotadas pelo país.

Muitos dos temas de pesquisa abordados na questão rural brasileira tem se pautado no estudo do clientelismo, do patriarcalismo e de comportamentos e práticas sociais e políticas fundamentadas no que Max Weber designou de formas de dominação² assentadas na pessoa (carismática) e nos estamentos sociais (tradicional). Nesta perspectiva, apontada por sociólogos e cientistas políticos, as condições e possibilidades do desenvolvimento rural e a alteração das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade, tropeçam em mecanismos de dominação social e cultural que no Brasil são construídos historicamente pelas elites locais para legitimar seu poder e manter os privilégios que sustentam suas posições. (SCHNEIDER, 2010)

Almeida e Paulino (2000) ao estudar o trabalho de Caio Prado Jr. afirmam que para o autor *“o enfoque demasiadamente centrado na distribuição fundiária, encontra explicação numa interpretação errônea do processo histórico brasileiro, resultando numa*

² Para Max Weber as relações sociais são definidas por lutas e dominação. Para o autor a dominação é assentada em interesses, monopólios econômicos e também na dominação estabelecida na autoridade, ele define dominação como a oportunidade de encontrar uma pessoa determinada a obedecer a uma ordem de conteúdo determinado. A Dominação Tradicional, onde a autoridade é pautada pela existência de uma fidelidade tradicional, o governante é o patriarca ou senhor. Já Dominação Carismática onde a autoridade é suportada, graças a uma devoção afetiva por parte dos dominados. A obediência a uma pessoa se dá devido às suas qualidades pessoais (WEBER, 1981).

tentativa inócua de transpor para essa realidade modelos europeus.” (pág.119). No Brasil não existiu uma tradição camponesa, devido ao fato que aqui não foi dada à população acesso à terra:

O quadro agrário seria resultado de situações cíclicas, fruto da vinculação da grande propriedade a gêneros de grande valor comercial, sofrendo assim as flutuações conjunturais típicas da relação mercantil de caráter estritamente especulativo. Conseqüentemente, a importância da pequena propriedade se evidenciaria somente nos momentos de crise da grande exploração, graças à sua natureza de "negócio". (ALMEIDA E PAULINO, pág. 120, 2000)

A obra de Victor Nunes Leal (1978) demonstra uma caracterização muito importante da formação social brasileira a partir das relações que se estabelecem no campo. Para o autor o sistema chamado de “coronelista” é a base compreensiva de interpretações para grande parte da formação social brasileira. A obra traz como tema central a relação política de compromissos e trocas assimétricas que se estabelece em um regime político de extensas bases representativas, unidas a um poder privado exorbitante.

O autor compreende que existiu dentro do “coronelismo” a ascensão do poder público, notadamente estadual, simultaneamente ao declínio do poder privado, representados pelos latifundiários. O autor enfatiza que a grande propriedade no Brasil iria desaparecer com as transformações socioeconômicas e ser substituída pelas médias e pequenas propriedades. Contudo, o supracitado relata que a grande propriedade ainda possuía força dentro do sistema, visto a fraca presença do Estado brasileiro nessas áreas permitindo que se desenvolvessem, desde o período colonial, relações sociais baseadas no paternalismo e clientelismo. Desta forma existia uma total subordinação do trabalhador rural ao controle do senhor das terras em todos os aspectos da sua vida, daí o grande domínio do “coronel” no âmbito regional e a sua permanência no cenário político e socioeconômico brasileiro (LEAL, 1978).

A obra de Faoro (1979) demonstra e de certa forma complementa as afirmações de Leal (1978). O sistema político alimentado pela burguesia cafeeira continuou sobre frágeis bases, na medida, em que estendia os interesses do estamento³ burocrático para as políticas públicas a favor da manutenção da distância entre o povo e o Estado. O federalismo - sistema político em que organizações políticas (estados, províncias) ou grupos

³ Forma de estratificação social com camadas mais fechadas do que classes sociais, e mais abertas do que as castas.

se vinculam para compor uma organização mais ampla como, por exemplo, um Estado -, que trazia consigo a ideologia liberal, acabou por, paradoxalmente, consolidar o regionalismo coronelista e a política protecionista no Brasil.

O liberalismo, se executado em nome de interesses macroeconômicos não limitados pela burocracia estamental, teria tido a chance de fazer a “pátria” prosperar. Faoro enfatiza:

Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas. (FAORO, 1979 p. 501).

No livro *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque de Holanda denota que “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal entendido” (Holanda 1998, p. 160). Para o autor temos de um lado, a invasão do público pelo privado, cujas raízes encontramos num modo de vida fortemente personalista, traduzido politicamente numa organização patrimonial do mundo; de outro, na justificação de certo iluminismo de Estado, assumindo uma forma tutelar nas reformas da sociedade e na sua reorganização rumo ao progresso.

As pesquisas de Holanda (1998) sobre a formação social brasileira apontam para duas direções. Primeiramente, para uma elite política que agiria tão somente por meio de decretos, esquecendo-se *“de que as formas devidas nem sempre são expressões do arbítrio pessoal”* (Holanda 1998, p.161) em prol de seus interesses privados; em seguida, entretanto, o juízo seria dirigido para o próprio povo, muitas vezes surpreso ou atônito diante de transformações tais como a proclamação da República, mas também atravessado, em outros momentos, por um ideal de convívio humano fundado em preferências e repugnâncias, em contraste, frequentemente, com motivações igualitárias ou com o equilíbrio dos egoísmos.

O trabalho de Octavio Ianni (1998), intitulado “O colapso do populismo no Brasil” trouxe importantes argumentações sobre a sociedade brasileira em transição de uma estrutura totalmente agrária para uma economia agrário-exportadora, fase caracterizada por manifestações de rompimentos político-econômicos internos e externos.

Se o trabalho de Faoro aborda o período compreendido até a “Era Vargas”, o trabalho de Ianni demonstra a política de massas do período “Varguista” que se desenvolve em concomitância com o modelo de desenvolvimento industrial. As massas surgem com a

consolidação da civilização urbana industrial e com elas as decisões políticas não poderiam ser formuladas a par de seus interesses. O nacionalismo e a participação do Estado são elementos fundamentais para o controle e delimitação das condições de atuação das classes assalariadas.

É neste âmbito que são criados o Salário Mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho e etc., como maneiras de apaziguar as classes trabalhadoras e permitir o desenvolvimento industrial. A política de massas teve no Brasil uma conotação desenvolvimentista. Graças em parte a ela, foi possível efetivar determinadas etapas do desenvolvimento industrial (IANNI, 1998).

Contudo, Octavio Ianni (1998) explica que o período de participação política de ganhos da massa no Brasil foi curto. O autor comprova que a derrocada do populismo no Brasil na década de 1960 foi um evento amplamente apoiado pela classe média que sempre se mostrou dócil às soluções autoritárias. O processo ainda teve o apoio dos militares, em grande parte devido à ameaça da massa de trabalhadores que ganhavam espaço com o aumento do salário mínimo e a crescente participação dos sindicatos no governo.

Ianni (1998) informa alguns dos direitos que o trabalhador urbano no Brasil adquiriu durante todo período de Vargas no poder. Contudo, esses mesmos direitos conquistados não foram estendidos aos trabalhadores do campo que mantiveram sua condição de sujeitos sem direitos, mesmo durante o período “varguista” conhecido como uma era de conquistas de alguns direitos sociais. O Estatuto do Trabalhador Rural é datado apenas no ano de 1963. Em grande parte da nação, os pequenos agricultores que viviam da mão-de-obra familiar ainda eram dependentes dos laços que restaram da era coronelista que possuiu (ou ainda possui) várias faces no Brasil.

Mesmo com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, o pequeno agricultor não teve seus direitos respeitados, como por exemplo: melhores condições de acesso à terra e à reforma agrária. Bresser-Pereira (1997) ratifica que a política liberal retomou as diretrizes nos anos 60 e 70, quando o Estado Social — em suas três variantes, o Estado do Bem-Estar, o Estado Desenvolvimentista e o Estado Comunista — enfim entrou em colapso. Olson (1999) denota que o novo liberalismo (ou neoliberalismo) a partir dessa fase terá muito mais uma inspiração econômica do que política, ele partirá do individualismo metodológico e de uma radical descrença na possibilidade de ação coletiva.

Apesar do aumento progressivo da classe média na sociedade brasileira, devido à expansão do setor terciário e ainda a novas oportunidades no setor de serviços, o

crescimento desses setores médios não foi acompanhado pela participação no produto brasileiro. Fato que foi amplamente discutido, inclusive pela burocracia militar, pois existia um temor da proletarização de setores da classe média e de militares e ainda existia a massa operária que “aterroriza” a classe média (IANNI, 1998).

O militarismo aparece como poder civil, como produto das relações de classe no Golpe de 1964. Baseado na luta contra corrupção e subversão envolvendo o processo histórico nacional e internacional, fazendo parte de um processo geral de estabelecimento da nova concepção de “Civilização Ocidental”. O golpe tratava de reintegrar o poder político e econômico que foi desestabilizado com a instauração do populismo nos últimos anos no Brasil, ou seja, uma liquidação da democracia populista que começava a aflorar no Brasil. O golpe acabou por devolver assim o país à mão da velha classe oligárquica tradicional que nunca deixou de exercer influência no Brasil.

Desta forma, quando se pensa na agricultura brasileira, principalmente, na agricultura familiar não podemos deixar de explicitar as mudanças ocorridas no decorrer da segunda metade da década de 1960 e durante as décadas de 1970 e 1980. Fruto como já mencionado das estratégias políticas adotadas por uma elite política que ambicionava pela volta das formas tradicionais de dominação que havia “perdido” durante o governo Vargas no Brasil.

A partir deste momento ocorreram profundas transformações na agricultura, em seu modo produção e em sua estrutura, o que ficou denominado como processo de “modernização conservadora” baseado na Revolução Verde⁴. As opções de desenvolvimento das políticas sociais adotadas para o Brasil rural irão ser focadas para o aumento da produção e das técnicas empregadas para cultivo e não no desenvolvimento equitativo das pessoas no campo.

Schneider (2010) relata que por um longo período a premissa do desenvolvimento rural foi ligada a um conjunto de ações do Estado e instituições internacionais que eram dedicadas à realização de intervenções em regiões rurais pobres que não eram ou não conseguiam ser integradas ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção que eram ponderados como obsoletos.

Na América Latina e no Brasil essa foi a orientação de intervenção durante todo o período orientado pelos desígnios da Revolução Verde. No Brasil, as políticas de

⁴ Processo que será abordado na seção seguinte do trabalho.

desenvolvimento rural integrado eram assinaladas como uma possível solução para os lugares considerados atrasados, como por exemplo, as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate à seca no Nordeste (SCHNEIDER, 2010).

A pesquisa, neste momento, se concentra no estudo da evolução recente das desigualdades socioeconômicas, a partir processo de modernização conservadora e suas consequências para a agricultura familiar. Com o objetivo de verificar a emergência/intensificação da pluriatividade como indicador de uma ruptura sobre as dimensões do que é o espaço rural e urbano, visto que o agricultor não é mais apenas um camponês que cuida de sua produção, ele tem se tornado um indivíduo autônomo que mescla as atividades agrícolas e não-agrícolas em seu âmbito rural.

2- Modernização conservadora e a agricultura familiar no Brasil.

2.1- A política de Modernização Conservadora

...o surgimento do novo rural brasileiro decorre do próprio processo de modernização conservadora da base tecnológica da agropecuária, quando este processo se completa, no final da década de 1980, especialmente nas regiões centro e sul do Brasil, emerge no meio rural uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, devido ao crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas. O rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades (SCHNEIDER, pág.521, 2010).

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é contemporâneo e não detém contornos claros e definidos. Até mesmo se pensarmos na expressão “agricultura familiar”, ela apenas ganhou projeção no final da década de 1980 e começo da década de 1990. Um dos grandes méritos dos autores é demonstrar que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida, o que veio a mudar o eixo de pesquisa que até então era ligada a discussões de caráter capitalista. Alguns dessas pesquisas vieram, mesmo que de formas incipientes, a evidenciar que os estudos específicos sobre pluriatividade das famílias e o crescimento das atividades rurais não-agrícolas no espaço rural podem estar clarificando as dimensões socioeconômicas e culturais da estrutura agrária brasileira (SCHNEIDER, 2003a).

Navarro (2001) confirma que no Brasil inexistia uma tradição de políticas públicas para o mundo rural, de forma que averiguasse as iniciativas para o desenvolvimento rural na história recente do país e não apenas com relação aos seus impactos, mas também quanto à estratégia operacional e a sua racionalidade. Quando se pensa na agricultura brasileira

não se pode deixar de explicitar as mudanças ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, quando houve profundas transformações em seu modo produção e em sua estrutura, o que ficou denominado como processo de “modernização conservadora” conduzida pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Na década de 1970 houve processo de modernização fundamentada na mecanização e no emprego de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos. Nos anos 80, o processo de modernização foi moldado pela integração da agricultura com os capitais industriais, financeiros e comerciais, o que ficou mais conhecido como “complexos agroindustriais”. A partir deste novo quadro analítico reformulado no Brasil a reforma agrária foi vista como um processo anacrônico, desnecessária e insustentável para o caso brasileiro, servindo apenas para questões sociais e não econômicas (BUANAIM ET. AL., 2003).

Graziano da Silva (1997) relata que o processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira foi pautado nos desígnios da Revolução Verde⁵:

Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de “novos fatores” que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos. (págs. 2,3)

Navarro (2001) traz contribuições ao analisar esse período de “desenvolvimento rural” no Brasil:

Alicerçada no que foi genericamente intitulado de “revolução verde”, materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de “moderno”, o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de

⁵ Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, produção em massa de produtos homogênicos e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção.

consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países. (NAVARRO, pág. 84, 2001)

Para o autor o período analisado possuía o que ele denomina segundo ímpeto modernizante (com seus significados e trajetórias) encaminhando as ações desempenhadas em nome do desenvolvimento rural. Ao analisar especificamente o Brasil, já durante a década de 1970 e durante o governo militar, o supracitado relata que nas regiões mais pobres, essencialmente no Nordeste, foram assentadas em práticas um conjunto de políticas/programas a partir da premissa do desenvolvimento rural (em outras regiões o modelo era a modernização agrícola). Assim o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões mais pobres no Brasil seria o resultado “natural” das mudanças produtivas da agricultura. Entretanto, este desenvolvimento era entendido apenas como a introdução e absorção de novas tecnologias o que produziria um acréscimo e um suposto ganho de renda familiar, portanto, gerando o “desenvolvimento rural”. (NAVARRO, 2001)

Para Balsan (2006) essas transformações ocorridas no espaço rural tiveram como consequências não só a acirrada concorrência na produção dos produtos agrícolas, bem como efeitos sociais e econômicos sofridos pela população mais pobre residente em áreas rurais. Para a autora *“as transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios.”* (BALSAN, 2006, pág. 125).

No território brasileiro o que se têm é a maior parte da área em grandes propriedades rurais. O grande proprietário impôs seu modelo socialmente reconhecido, para tanto, recebeu grandes estímulos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução. Por outro lado colocou a agricultura familiar em uma posição marginalizada e subalterna frente às políticas do governo. A estrutura agrária no Brasil evoluiu para o aumento da concentração fundiária e de renda, em que o caráter excludente se acentuou ainda mais no período e o acesso a terra foi cada vez mais dificultado ao trabalhador rural. Para Balsan (2006, pág. 131) além da propriedade privada da terra estar concentrada nas mãos de poucos proprietários, *“... o acesso a ela também é restrito, ou seja, é praticamente fechado, pois, além da minoria deter a maior porção de terras rurais, detém também a exploração das mesmas”*.

A respeito desta perspectiva Gohn (2011) enfatiza que em alguns países, principalmente nos países Latino-Americanos, a utilização da concepção de território não

tem feito a ligação entre estas temáticas de crescimento e as necessidades de desenvolvimento para a sociedade. A implantação de algumas políticas conforme ocorreu com o processo de “modernização conservadora” realizada no Brasil trataram o território apenas como um ativo econômico, fundamental para o crescimento do país sem pensar em como os diversos estratos socioeconômicos reagiriam ao incentivo da política social.

A modernização efetuada na agricultura brasileira efetivou a exclusão do homem do campo na geração de emprego, diminuição da renda e ainda a subordinação do capital e uma crescente competição capitalista no espaço rural ocasionando desordem. Segundo Balsan (2006):

Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital. O progresso técnico não está uniformemente difundido, mas, sim, ocorre uma concentração espacial e setorial... (BALSAN 2006, pág. 128)

Desta forma, durante os anos 1990 há uma redução coerente do crescimento do emprego rural exclusivamente agrícola em oposição ao aumento do emprego rural não-agrícola. Esse elemento foi interpretado como decorrente de processo histórico que não se pode lutar, na qual, seriam evidências que a estrutura brasileira se justapõe aos países desenvolvidos tornando desnecessárias políticas reformistas, como uma reforma agrária que não fosse apenas de “cunho social” (BUANAIM ET. AL., 2003).

Buanaim et. al.(2003) apontam que:

...tal como ocorreu nos anos 70 e 80, esta visão do novo rural, tal como vem sendo veiculada, presta-se como justificativa intelectual para políticas que, em última instância, mantêm o status quo agropecuário do país, caracterizado por forte desigualdade econômica, social, e elevados níveis de pobreza. (BUANAIM ET. AL., pág. 314, 2003).

É evidente clarificar que a partir desse processo de “modernização conservadora” o êxodo rural começou a expandir-se em áreas onde o desenvolvimento da agricultura através da mecanização e capitalização foi maior. O aumento da concentração fundiária significou grande exclusão social e econômica. Houve um aumento significativo das camadas mais ricas na apropriação total da renda. Ney (2006) enfatiza que é possível ver as mudanças na distribuição dos rendimentos agrícolas, a partir da década 1960. O autor, ao analisar o trabalho de Hoffmann (1991), relata o extraordinário processo de concentração da renda na agricultura, entre os anos de 1970 a 1980, onde o índice de Gini

elevou-se de 0,415 para 0,543, revelando um acréscimo de 31%. Desde o período analisado a desigualdade tem oferecido forte resistência à queda, marcado pela apropriação enorme de renda pelos centésimos mais ricos da população brasileira.

Ney e Hoffmann (2010) relatam, ao estudarem a distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante) a partir do Censo Demográfico, que o índice de Gini apresenta forte estabilidade, variando no ano de 1975 de um mínimo de 0,855 a um valor máximo de 0,858 em 1985. Já o índice de Atkinson revela que há uma tendência sistemática de crescimento, aumentado de 0,856, em 1975, para 0,874, em 2006. Os dados demonstrados pelos autores indicam que não havia tendência à redução da desigualdade na distribuição da posse da terra desde 1975.

2.2- A intensificação das atividades rurais não-agrícolas e a pluriatividade.

Diante dessas transformações, Graziano da Silva (1997) demonstra que durante a década de 1980 houve um forte crescimento das pessoas com domicílios rurais ocupadas no comércio, na indústria da transformação e em serviços gerais. Graziano da Silva e Del Grossi (1997) alertam que:

...nos anos 60 e 70, um contingente expressivo de trabalhadores rurais havia sido deslocado para a periferia das cidades, urbanizando, assim, grande parte da força de trabalho temporária residente nas fazendas, e que, nos anos 80, ao contrário, não só esse fluxo havia sido substancialmente reduzido (ou mesmo acabado em algumas regiões), como estava ocorrendo uma verdadeira urbanização do campo brasileiro através do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural. (SILVA E DEL GROSSI, PÁG. 106, 1997)

Graziano da Silva e Del Rossi (1997) ratificam que na década de 1980 esse processo foi mais acentuado no estado de São Paulo. A cada cinco pessoas em área rural no estado de São Paulo somente duas pessoas estavam ocupadas em atividades agropecuárias.

Para Graziano da Silva (1997) as atividades rurais não-agrícolas (RNA) podem ser divididas em três grandes áreas de atuação. Em primeiro lugar, estão às atividades relacionadas com o crescimento das indústrias, mais especificamente às agroindústrias. Em segundo lugar podemos destacar a crescente urbanização do meio rural em que são

desenvolvidas atividades ligadas à moradia, turismo, lazer e a preservação do meio ambiente. Por fim, em terceiro lugar, mas não menos importante, é preciso elucidar a rápida proliferação dos sítios de recreio que se caracterizam por pequenas áreas de terra destinadas ao lazer das famílias de classe média urbana, situadas nas periferias dos grandes centros urbanos e comumente não maiores do que 2 hectares. Ainda há aqueles indivíduos que moram em áreas rurais, devido à qualidade de vida ou menor custo, mas trabalham em áreas urbanas.

Para Ney e Hoffmann (2007) a ampliação das atividades rurais não-agrícolas (RNA) é um importante componente do desenvolvimento da economia rural. As atividades rurais não-agrícolas têm proporcionado novas oportunidades de trabalho para a população que reside no campo e ainda tem gerado alternativas de se obter remunerações mais elevadas aos agricultores que somente tem exercido atividades agrícolas. Desta forma, o RNA tem constituído uma crescente parcela da renda rural.

Para Graziano da Silva (1997) do ponto de vista espacial o rural só pode ser apreendido hoje como um “*continuum*” do urbano. Se pensarmos a partir da organização da atividade econômica de cada “zona”, seja rural ou urbana, os campos não podem mais ser classificados apenas como áreas de agricultura e pecuária e nem as cidades somente como espaço de atividades industriais e de serviços. Desta forma, pode-se afirmar que o meio rural brasileiro vem se urbanizando nas duas últimas décadas, como decorrência de um processo de industrialização da agricultura, e ainda, por outra visão, que denota o transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

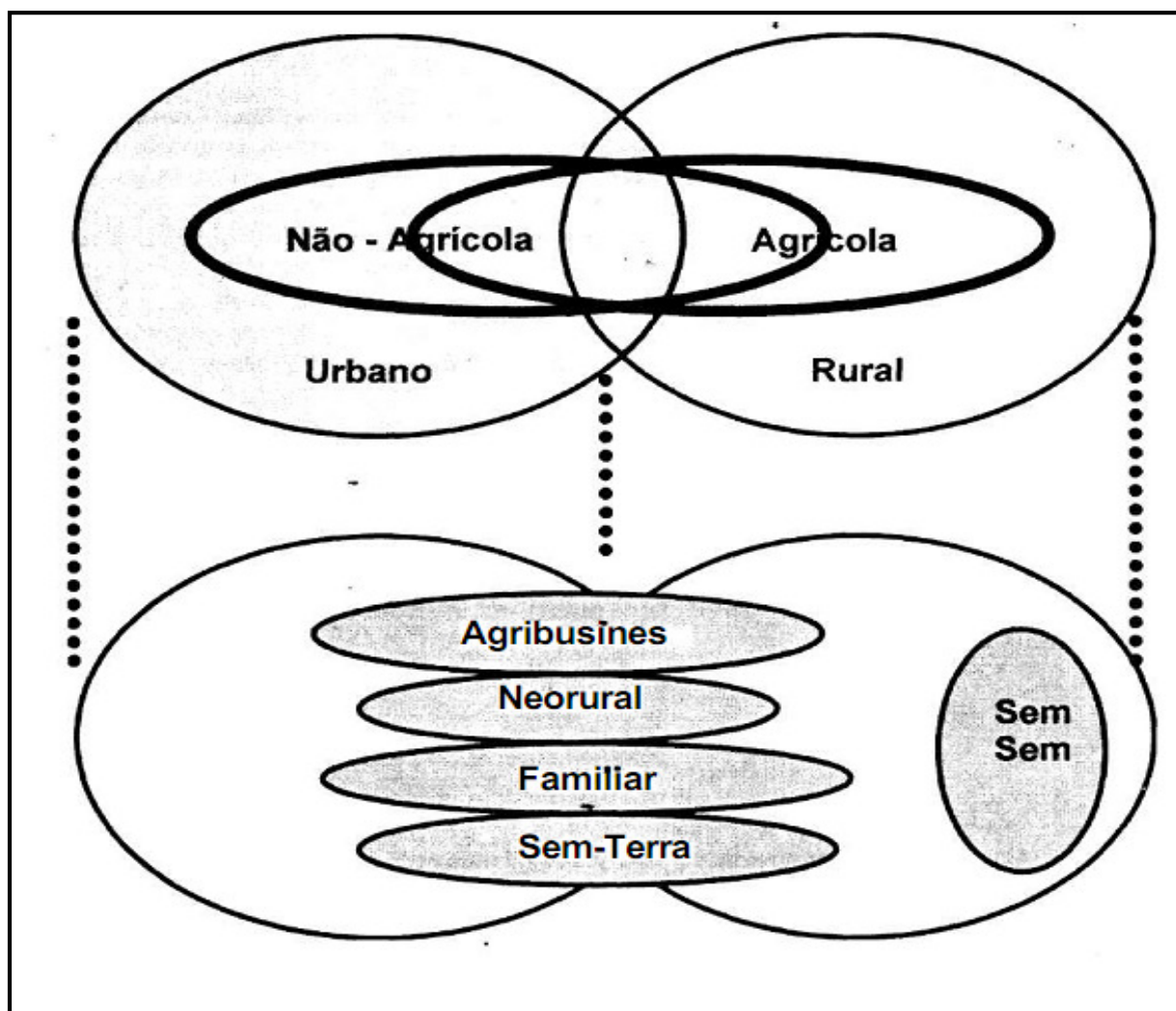
Para alguns autores que estudam a pluriatividade, como Del Grossi (2002), Schneider (2003) e Graziano da Silva (2001), resumem as transformações ocorridas na agricultura recente através de uma nova denominação: “*o novo rural brasileiro*”. Graziano da Silva et. al. (2002) enfatizam que o novo paradigma rural engloba três tipos de atividades essenciais: 1)- agricultura baseada em *commodities* ligada à agroindústria; 2)- conjunto de atividades rurais não-agrícolas ligadas essencialmente ao lazer, moradia e a prestação de serviços e atividades industriais; 3)- conjunto de atividades agropecuárias estimuladas por nichos especiais de mercado.

O espaço rural tem se tornado um local cada vez mais importante para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas. Há crescentes transferências de indústrias novas e também as tradicionais para essas áreas em busca de minimizar seus custos ou externalidades negativas (poluição, fuga de congestionamento). Outro fator importante é a

onda de valorização do espaço rural, capitaneados por questões de lazer, turismo ou para moradia. Nessa nova caracterização espaço vem a remodelar as atividades ali existentes, em função da preservação ambiental e do atendimento aos turistas (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 2000).

A figura 1 abaixo exemplifica o processo descrito acima. Para Graziano da Silva e Del Grossi (2000) o espaço rural tem sido penetrado pelo urbano com velhos e novos personagens, tais como os "neururais" (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram, a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e também aqueles um que os autores denominam "sem-sem" (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram).

Figura 1- Novas relações e atividades no mundo rural.



Fonte: Graziano da Silva e Del Grossi, pág. 171, (2000).

Se antes algumas dessas atividades não se inseriam no campo produtivo, agora elas passaram a integrar cadeias produtivas, envolvendo não apenas complexos agroindustriais como também serviços produtivos complexos e sofisticados. Ainda para Graziano da Silva (2001), as projeções indicam “*que a continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados nessas atividades não-agrícolas.*” (pág. 3).

A respeito dessas transformações Graziano da Silva e Del Grossi (2000) indicam que:

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século. (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, pág, 171, 2000).

Nos países desenvolvidos esse novo paradigma rural “pós industrial” já possui um ator social sólido: o “*part-time farmer*” no qual podemos traduzir como agricultores em tempo parcial. A sua característica essencial é que o agricultor não é mais apenas um camponês que cuida de sua produção, ele tem se tornado um indivíduo autônomo que mescla as atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento. Esse tipo de agricultor também desenvolve outras atividades no meio rural, como lazer, moradia, conservação da natureza, turismo e prestação de serviços pessoais (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Pode-se resumir que a agricultura familiar do “*part-time*” não caracteriza mais um fazendeiro especializado, mas antes um trabalhador autônomo que assenta diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a característica nova do agricultor: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

Para Buainain *et. al.* (2003) nos últimos anos a tese central do novo rural vem sendo empregado para explicar e justificar

... a necessidade de abandonar políticas agrárias e agrícolas voltadas para os setores mais fragilizados da produção familiar, em benefício de políticas de geração de empregos rurais não-agrícolas, limitando-se o apoio às atividades propriamente agrícolas das famílias rurais, àquelas consideradas competitivas por ocuparem nichos de mercado, de produtos especiais de alto valor agregado, cuja produção requer o uso intensivo de mão-de-obra (Buainain *et. al.*, 2003).

Os estudos de Buainain *et. al.* (2003) demonstram que a expansão das atividades rurais não-agrícolas não vem a apresentar um acréscimo das oportunidades de trabalho para os membros da família, mas sim uma oportunidade de sobrevivência, em geral precária, para produtores com pouco acesso ao progresso técnico, à terra, crédito, à assistência técnica, etc. A partir de dados da FAO/INCRA sobre o sistema de produção familiar, apresentados pelos autores, pode-se chegar a conclusão que, quando dado apoio adequado o produtor é capaz de produzir sua renda total sem precisar de utilizar sua força de trabalho nas atividades RNA. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 revelados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) os agricultores familiares representam 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários e ocupam 24,3% da área total.

Em regiões onde a agricultura é mais eficaz, a concentração de terra é menor e os agricultores possuem apoio técnico integrado às cadeias agroindustriais, as atividades agrícolas são dominantes em relação às não-agrícolas. Já em regiões que não possuem um dinamismo, com predominância da agricultura familiar mais rudimentar e menos integrado aos complexos, o exercício de atividades rurais não-agrícolas nunca deixou de ser realizada, sendo um recurso complementar a renda agrícola ou ainda como estratégia de sobrevivência para os agricultores familiares. A ideia é que uma atividade não substitua a outra, mas que elas se complementem. A interação de atividades agrícolas com atividades rurais não-agrícolas é mais intensa no meio em que a relação do agricultor com ambiente socioeconômico é mais complexo e diversificado. (SCHNEIDER, 2003a).

Outro componente importante que não se pode deixar de explicitar é que a decisão da família rural em participar do setor RNA depende dos incentivos que ela recebe e da sua capacidade de participar. A relação entre eles determina o comportamento familiar, que pode ser analisado por meio dos fatores de atração e expulsão. Para Reardon *et. al.* (1998), esse modelo pode ser usado para descrever os paradoxos e desafios do desenvolvimento do setor.

Os fatores de atração são utilizados sobretudo quando os agricultores ganham uma renda maior nas atividades do RNA se comparada aos ganhos da pequena propriedade. Já os fatores de expulsão são os que normalmente compensam a falta de acesso ao mercado de seguros ou de crédito e exigem das famílias a diversificação de renda, para gerir o impacto sobre a renda devido à seca ou até as limitações crônicas como a falta de terra ou ainda para comprar insumos agrícolas. (REARDON ET. AL. 1998).

Contudo uma família pode possuir fortes incentivos, mas baixa capacidade de agir conforme os incentivos. Dentre os fatores que influenciam a participação no RNA com rendimento mais alto são: educação, conhecimentos e habilidades específicas, alguma forma de riqueza realizável e ainda a localização da casa ou acesso a um veículo. Tais fatores podem ser um trunfo importante para “habilitar” a pessoa a participar das atividades rurais não-agrícolas (REARDON ET. AL. 1998).

Para Reardon et. al (1998) *“los hogares más pobres tienen una mayor necesidad de empleo remunerado en el sector RNA (necesidad derivada de factores de expulsión basados en la necesidad de manejar riesgos, impactos y limitaciones crónicas)”* (pág.7). Entretanto os mais pobres são restritos em capacidade devido à escassez de recursos já mencionados, como educação, experiência e ainda possuem terra limitada para uso como garantia de empréstimos.

Já os mais ricos não são tão afetados pelo risco de expulsão e são mais capazes de se inserirem nas atividades rurais não-agrícolas mais rentáveis, tendendo a participar, na maioria das vezes, por razões de atração. Elas são atraídas com base na possibilidade de uma boa oportunidade de lucro em determinadas atividades do RNA. Os mais ricos em maioria podem assumir trabalhos assalariados qualificados ou de pequeno comércio enquanto que os mais pobre assumem os trabalhos (REARDON ET. AL. 1998).

Ney e Hoffmann (2008) afirmam que *“os motores do crescimento das atividades não-agrícolas de uma localidade rural são endógenos (rural) ou exógenos (urbano). No primeiro caso, eles podem estar vinculados à modernização da agricultura e ao consumo final da própria população rural.”* (pág.371). Assim os lugares mais pobres mesmo necessitando mais do ingresso nas atividades rurais não-agrícolas, são os que possuem mais dificuldade de desenvolvê-la. Já as localidades rurais com nível de renda mais alto tendem a possuir maior demanda por produtos não alimentares como proporção do gasto total, maior diversificação da sua dieta e ainda consomem produtos mais processados. *“Os motores exógenos do desenvolvimento das atividades RNA estão situados em áreas urbanas e resultam, em boa medida, da influência que as médias e grandes cidades exercem sobre seu entorno rural.”* (pág. 372). As cidades necessitam de um conjunto de setores que somente a área rural pode ofertar como turismo de praia e de campo, edificação de pousadas, hotéis e casas para repouso e lazer nas férias e fins de semana, artesanatos locais e ainda serviços domésticos para quem dispõe deste tipo de residência provisória. O quadro 1 abaixo pode ilustrar melhor esta situação exemplificada.

Quadro 1- Situações de desenvolvimento do emprego rural não-agrícola comuns nos países da América Latina.

Vínculos	Motores	Exemplos
I- Produção Agrícola	A produção agropecuária requer bens e serviços não-agrícolas e atrai investimentos na expansão da agroindústria local.	Comércio de insumos Serviços de transporte Reparos mecânicos Agroindústria
II- Consumo da população rural	A população rural demanda bens e serviços produzidos dentro ou fora da localidade.	Pequenos comércios Serviços de costura Transporte
III- Serviços públicos	Os serviços públicos no meio rural geram empregos.	Professores Profissionais de saúde
IV- Consumo da população urbana	A população urbana demanda bens e serviços que só podem ser produzidos no meio rural.	Turismo de praia e campo Artesanatos locais Serviços domésticos Construção civil
V- Mercado de trabalho urbano	Algumas pessoas moram no meio rural por causa da qualidade de vida ou menor custo de moradia, mas trabalham em áreas urbanas.	Construção civil Serviços domésticos Comércio Indústria

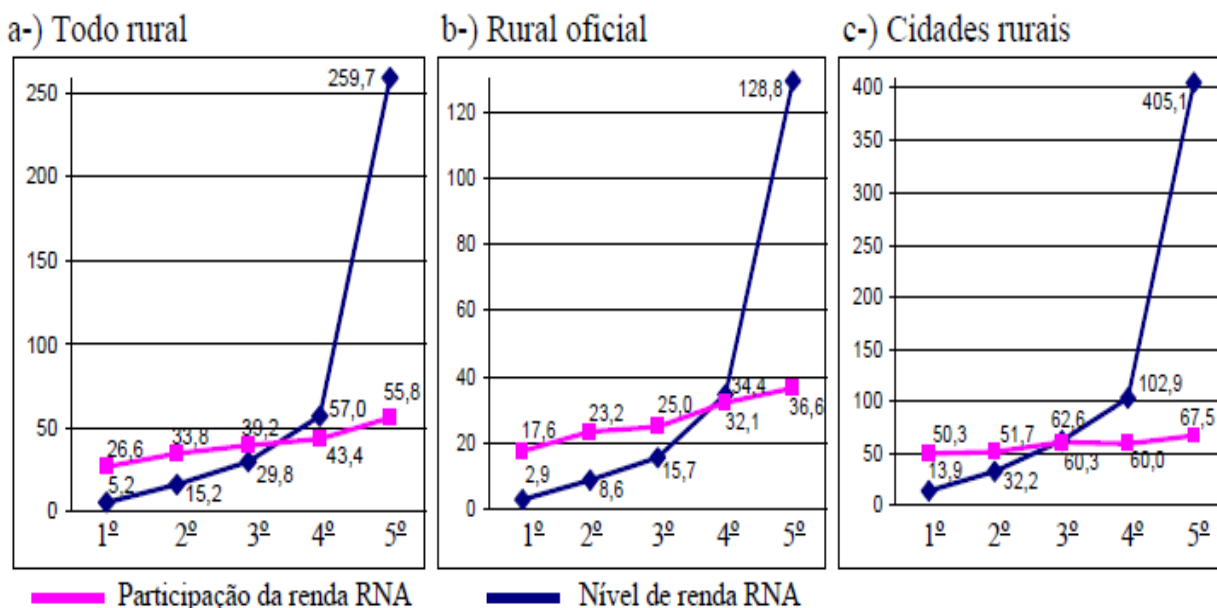
Fonte: Berdegú *at alii* (2000) e Laurenti e Del Grossi (2000) apud Ney e Hoffmann (2008).

Em síntese os autores demonstram que as pessoas em domicílios relativamente mais pobres possuem maior necessidade para a diversificação da renda por meio das atividades rurais não-agrícolas, todavia sua capacidade é limitada quanto a algumas condições essenciais para o ingresso nessas atividades como: capital inicial, educação, garantias de acesso ao crédito, introdução ao mercado consumidor. Para tanto, eles ratificam que as políticas de desenvolvimento rural deveriam considerar esse problema e procurar ações favoráveis para que as famílias de pequenos agricultores tenham maior participação nas atividades rurais não-agrícolas.

Ney (2006) enfatiza que o nível de renda não-agrícola das pessoas em domicílios tende a ser tão maior quanto maior for o rendimento da família. Utilizando a figura

do **“Todo Rural”**⁶, pode-se observar que o nível do rendimento não-agrícola cresce consecutivamente do estrato mais pobre para o mais rico da população rural, sobretudo do penúltimo ao último quinto, em que o acréscimo da renda *per capita* obtida na atividade é bem maior, chegando a mais de 350%.

Figura 2- Nível e participação da renda não-agrícola no rendimento das famílias rurais, conforme estratos (quintos) de rendimento domiciliar *per capita* delimitados por percentis. Regiões rurais, 2000.



Fonte: Ney, 2006.

Nota: Classifica-se população rural todas as pessoas cuja situação do domicílio está fora das áreas oficialmente definidas como urbanas no país, independente do tamanho da cidade que circunscreve, ou seja, as áreas rurais no censo também serão aqui denominadas rurais, formando o “todo rural”.

Assim, Graziano da Silva (1997) vem demonstrar que a possibilidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento familiar se deve a um procedimento de “desdiferenciação” ou “desespecialização” da divisão social

⁶Ney (2006) denota que o rural oficial no Brasil é feito pela delimitação administrativa, que classifica como área urbana toda sede de município e de distrito, independente de seu tamanho e características socioeconômicas e todo o resto compõe as áreas rurais. Contudo o autor adota uma delimitação do espaço rural-urbano diferente da oficial, em que combina três critérios de demarcação: delimitação administrativa, contingente populacional e densidade demográfica. Primeiro classificar-se-á como população rural todas as pessoas cuja situação do domicílio está fora das áreas oficialmente definidas como urbanas no país, independente do tamanho da cidade que circunscreve, ou seja, as áreas rurais no censo também serão aqui denominadas rurais, chamando de todo rural. Também considera rural parte da população oficialmente definida como urbana. Nos casos em que a população urbana do município é inferior a 20 mil habitantes, ela será considerada rural, exceto se a densidade populacional do município ultrapassar o limite de 60 hab/km². O espaço rural incluirá parte das chamadas “cidades” estudando algo que, entre nós, é uma contradição nos termos: as “cidades rurais” (Abramovay, 2003). O critério da densidade foi examinado porque uma característica fundamental das áreas rurais é a rarefação populacional e existem municípios com poucos habitantes e alta densidade demográfica.

do trabalho que tem na sua origem a modificação do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base fordista. O supracitado ainda vem assinalar que essas famílias vieram a ser conhecidas como *pluriativas*, já que exerciam mais de uma atividade econômica.

Schneider (2003), por sua vez, esclarece que a pluriatividade se caracteriza por uma forma de organização do trabalho familiar e refere-se a situações sociais em que os sujeitos que compõem uma família com domicílio rural passam a exercer um conjunto diverso de atividades econômicas e produtivas, em que não necessariamente estejam ligadas a formas tradicionais da agricultura. A promoção do crescimento da mão-de-obra pluriativa foi incentivada pela flexibilização do processo de trabalho industrial, que também interessa a indústria por ser mais econômica. Assim a pluriatividade fixou-se permanentemente nas unidades familiares rurais, tendo em vista o novo ambiente social e econômico no meio rural.

De forma geral, é admissível sintetizar os fenômenos promotores da pluriatividade através: a)- "desmonte" das unidades produtivas, no sentido de que muitas atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executados por terceiros, contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo; b)- decorrente do anterior, crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas; c)- especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados; d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição; e)- melhoria de infraestrutura social e de lazer rurais, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 2000).

Neste ponto vale ressaltar a diferença de utilização dos termos "*pluriatividade*" e "*part-time farmer*". Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (200) a diferença entre as nomenclaturas está na sua unidade de análise: o primeiro vem a explicitar às famílias e seus membros; enquanto que o segundo descreve o estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo destinado ao estabelecimento pelas pessoas envolvidas nas suas atividades agropecuárias. Para os supracitados as diversas modalidades de pluriatividade antepõem questões de várias ordens, pois muitas vezes agregam o estatuto de conta-própria com o de empregado em uma mesma pessoa, resultando num tipo complexo de qualificar, tanto do ponto de vista profissional como social.

2.3-Contradições do processo brasileiro

Nascimento (2007) pondera que na União Européia (UE) a pluriatividade há tempo tem sido reconhecida pelas autoridades das políticas econômicas, muito pelo fato que ela vem a preservar a estrutura agrária, que no caso desses países é fundamentada na agricultura familiar. O autor deixa evidente que a expansão da pluriatividade é fruto “... de uma construção política, no sentido de que sua Política Agrícola Comum (PAC) criou as condições necessárias para a configuração e sustentação de uma verdadeira ‘cultura da pluriatividade’.” (pág. 453). No Brasil, contudo, o supracitado relata que o fenômeno tem ganhado destaque apenas em setores acadêmicos que se interessam pelo objeto de pesquisa, e somente nos meados da década de 1990 que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tomou providência quanto à agricultura familiar com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ⁷.

Utilizando-se de algumas das contradições que Nascimento (2009) aponta para o recurso da pluriatividade no Brasil, o autor afirma que a ela tem um fator importante, principalmente nos anos 70, como uma forma alternativa para o êxodo rural intensificado pelas transformações capitalistas no campo. O autor questiona a validade das percepções (que o trabalho já mencionou) que colocam a pluriatividade em ambientes favoráveis em economias locais mais dinâmicas e modernas. Onde “*entende-se que o equívoco das análises sobre a pluriatividade no Brasil se deve ao fato dessa temática importada não ter sido assimilada levando-se em consideração certas especificidades da realidade brasileira*” (pág. 319). Algumas dessas especificidades que o supracitado aponta como essenciais são: - a pobreza rural; - e também a insuficiência das políticas públicas voltadas para as áreas rurais.

Nascimento (2009) ratifica, ao contrário do que muitos pesquisadores articulam, que a pluriatividade tem crescido muito mais em regiões “pobres”, como o Nordeste brasileiro, do que em regiões que já obtiveram um avanço tecnológico como a região Sul do Brasil e que detém entornos rurais (redes urbanas) desenvolvidos do ponto de vista não-agrícola. Para o autor é na região no Nordeste que a pluriatividade sustenta a agricultura familiar e não no Sul do país.

Para Nascimento (2007) a pluriatividade para agricultores familiares descapitalizados e não integrados às cadeias agroindustriais constituiria uma forma diferente de reprodução social, o que permite a essa parcela maior estabilidade frente às

⁷ O PRONAF será melhor desenvolvido na próxima seção.

inseguranças do mercado de trabalho. O autor enfatiza os problemas sociais- como desemprego rural - que a pluriatividade poderia contribuir para sua solução estão crescendo, assim caberá a pluriatividade também crescer proporcionalmente. Caso não ocorrendo, ela somente servirá para uma parcela de famílias da população rural.

Deste modo, não podemos mais caracterizar o espaço rural como somente agrário. Há dentro desse mundo um conjunto de atividades não-agrícolas que tem representado a cada dia mais, grande parcela de sua dinâmica. Para Graziano da Silva (1997), é essencial compreender que *“além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não materiais e não suscetíveis de desenraizamento.”*(pág. 25).

Para Anjos (2006) a saída à pluriatividade cobre-se de importância no sentido de identificar:

... algumas das formas através dos quais as explorações familiares resistem à sua própria desapareição, particularmente aquelas que conhecem limites à obtenção de ganhos à escala e que se empenham no sentido de suportar as pressões dos mercados em face da busca por eficiência e pela profissionalização, na maioria dos setores produtivos. (ANJOS, 2006, pág.3)

Neste sentido a pluriatividade é um fenômeno muito diversificado e heterogêneo, que intimamente é relacionado às estratégias sociais e produtivas adotadas pela família e do contexto socioeconômico em que elas estão inseridas.

2.4- Notas sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Visto que a pesquisa já demonstrou a insuficiência das políticas públicas voltadas para área rural. Escolher políticas sociais que tenham a agricultura familiar como tema central sempre foi conflituoso. O objetivo ao analisar a política do PRONAF é demonstrar, a partir do desencadeamento que segue a abaixo, se os recursos têm sido direcionados para as regiões onde, deveriam ser a alocados, ou seja, para os locais que mais necessitam desses recursos para a manutenção da renda.

Analisando o histórico das políticas adotadas para o mundo rural brasileiro, pode-se perceber que prioritariamente as grandes propriedades sempre estiveram no foco, visto a enorme concentração fundiária e o grande poder que as oligarquias rurais exerceram e ainda exercem nas diretrizes políticas brasileiras. Assim, o trabalho opta por realizar alguns apontamentos sobre a política do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a fim de evidenciar como ela está inserida no contexto do rural brasileiro.

Para Carneiro (1997), por muito tempo relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar têm sobrevivido em meio à competição e às políticas orientadas para favorecer a grande produção, setor privilegiado no processo de modernização da agricultura brasileira. Dentre os episódios marcantes que aconteceram no âmbito das políticas públicas para rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa chama a si o desafio de edificar um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado.

Segundo Schneider et. al. (2004) o PRONAF representa o reconhecimento, pelo Estado, das especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares, que eram designados pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. Para compreender melhor o PRONAF é imprescindível estudar a fase de consolidação do programa. Pode-se afirmar que o programa nasce como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980, surgindo com a finalidade de fornecer crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo.

O PRONAF surge a partir do Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP) em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. O Manual Operacional do PRONAF denota que ele visa o fortalecimento da agricultura familiar, através de apoio técnico e financeiro, a fim de promover o desenvolvimento rural sustentável. O objetivo geral é fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; colaborar para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER ET. AL. 2004).

Desta forma, são quatro os objetivos específicos que vem a integrar os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos

agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER ET. AL. 2004).

Nascimento (2007) relata muito bem o processo de implementação do programa:

No Brasil, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a política agrícola de modernização da agricultura, conduzida pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), privilegiou a grande propriedade como centro do modelo agrícola a ser estruturado no país. Em virtude disso, excluiu do seu raio de cobertura milhares de pequenos produtores familiares. Só recentemente, em meados dos anos 1990, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elegeu, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a agricultura familiar como a **base social** sobre a qual se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento rural (NASCIMENTO, pág. 253, 2007)

Wesz Junior (2011) relata que ao longo dos anos o Pronaf foi se estruturando e aumentando o seu campo de ação, o que representou muito além de um acréscimo nos recursos, nos números de beneficiários e ainda nos de contratos. Segundo o autor foi essencial ao programa a adição de novas linhas de apoio, seja por linhas que até então estavam excluídas das políticas agrícolas- tais como pescadores, mulheres, jovens- ou ainda por linhas que venham a reconhecer ou legitimar novas atividades agrícolas e as atividades rurais não-agrícolas (turismo rural, agroindústrias e industrialização escala familiar) as quais interessam, especialmente, esse trabalho.

O Ministério da Fazenda permitiu o enquadramento de famílias "com um ou dois membros" cujas atividades "não-agrícolas" sejam exercidas fora do estabelecimento rural, como famílias viáveis ao crédito do programa somente no segundo semestre do ano 2011, o que demonstra ainda mais a complexidade das análises quando pensamos em pluriatividade no Brasil.

Guanziroli (2007) demonstra que avaliações sobre o impacto dos créditos rurais efetuados pelo programa apontam para alguns conflitos negativos sobre a ação do programa na produção rural familiar. Para o autor os resultados apresentados em termos de melhora da renda e das condições de vida registrada pelas pesquisas disponíveis são bastante tênues e demonstram apenas um pequeno aumento da renda dos beneficiários do crédito do Pronaf. Outro ponto falho é ainda a dificuldade de pagamento do financiamento

do programa. Assim, segundo o autor existem alguns obstáculos que impedem o crescimento do Pronaf:

Um dos maiores entraves para o crescimento do PRONAF tem sido o setor bancário público, responsável pela liberação dos recursos do PRONAF Crédito, que resiste à ampliação da sua clientela. Este problema teria sido em parte solucionado com a atuação dos Fundos de Aval que permitiram que se aumentasse a participação dos beneficiários no acesso aos recursos. (GUANZIROLI, pág. 304, 2007)

Guanziroli (2007) relata que um dos principais debates do PRONAF tem sido relacionado a um suposto “erro” ou “desvio” em relação ao foco do ideal de distribuição regional e social no Brasil. O supracitado ao citar Petrelli (2004), expõe que:

...no leque do universo considerado como sendo o de agricultores familiares o grupo mais economicamente integrado tem recebido as benesses desta integração e conseguiu fazer parte do processo de modernização conservadora. Podemos verificar a alta participação das liberações para fumo e soja sobre o total financiado, lembrando que estes produtos têm ligação direta com a produção agroindustrial e de exportação. Paralelamente, verificamos a baixíssima participação de liberações para a produção de arroz, feijão e outros produtos dirigidos ao mercado interno. Haveria também domínio quase que total dos recursos na região Sul nos primeiros anos de implantação do PRONAF que estaria sendo contrabalançado nos anos posteriores. (pp 7). (PETRELLI, 2004, APUD GUANZIROLI, pág 306, 2007)

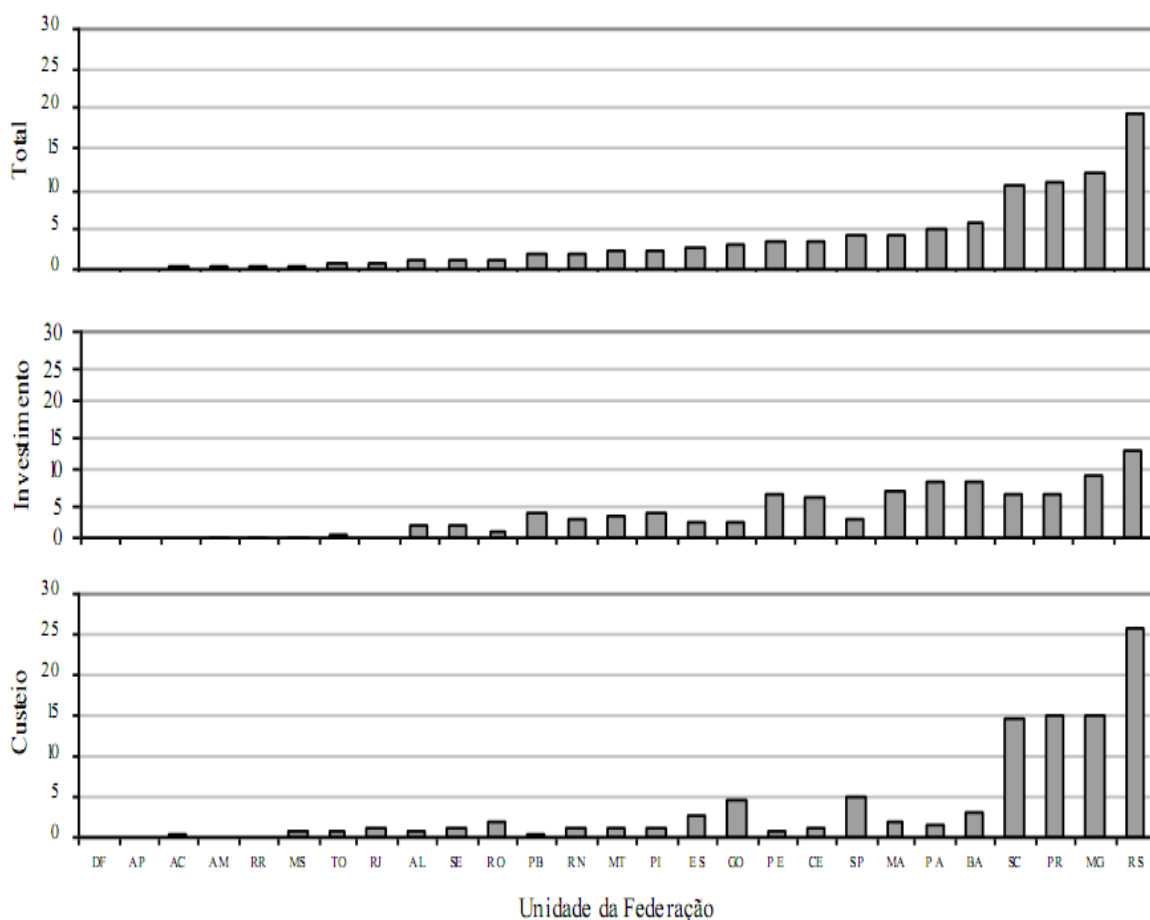
Assim vale ressaltar a crítica dos autores - Guanziroli, 2007 e Souza et. al., 2011- onde para eles o programa vem a financiar somente propriedade “eficientes” em relação as mais “fragilizadas”. Diante desse quadro e apesar de o PRONAF ser constantemente reformulado e repensado a partir das mudanças ocorridas na agricultura familiar buscando o fortalecimento da produção e da renda, Nascimento (2007) demonstra que a “base social” pretendida pelo programa através de um *“novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil fica cindida entre famílias de agricultores viáveis e famílias de agricultores inviáveis — do ponto de vista do mercado.”* (pág. 453).

Denarti (2001) observa que o Pronaf tem custeado somente as tecnologias tradicionais para produtos tradicionais. O autor revela que o programa tem distribuído o financiamento de sistemas, custeio de produtos e pacotes tecnológicos tradicionais, *contudo “...falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural.”* (Denarti, 2001, pág. 59).

Souza et. al. (2011) vêm a corroborar que ainda existe grande concentração dos recursos do PRONAF em determinadas regiões do Brasil, como a Região Sul do país e o estado de Minas Gerais, e que tal concentração não decorre apenas da maior representatividade dos estados na produção rural familiar.

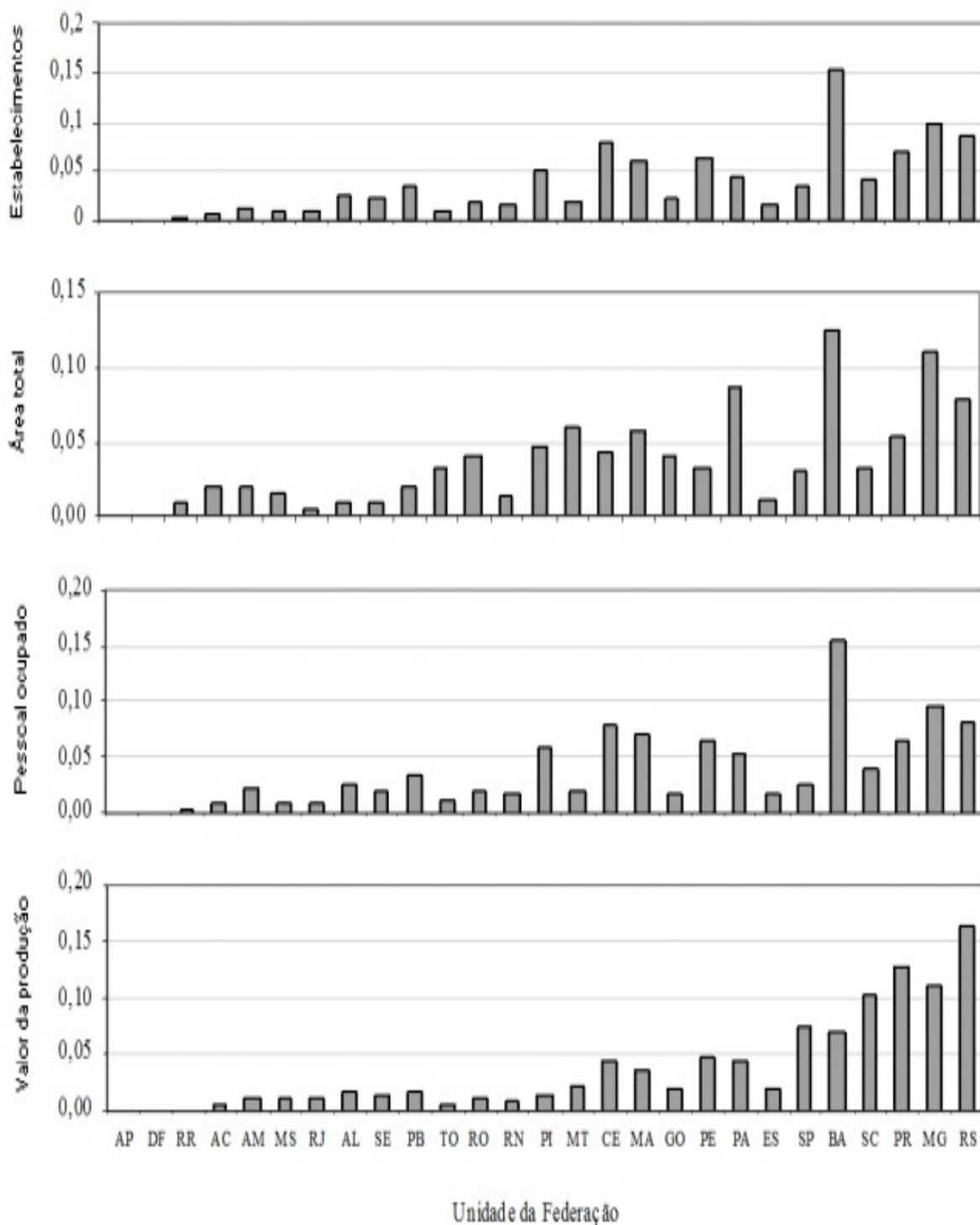
A figura 3 e 4 que seguem abaixo de elaboração dos autores aqui citados relata a participação das Unidades da federação na agricultura familiar, ela ratifica, claramente, que a repartição do crédito do PRONAF não tem refletido a importância desses estados quanto à agricultura familiar. Para os autores, o estado da Bahia apesar de deter grande parcela da agricultura familiar, não possui acesso ao crédito compatível com sua representação. Os recursos têm sido direcionados para os três estados da Região Sul e no estado de Minas Gerais e isso não reflete diretamente a participação dos estados ou regiões na agricultura familiar.

Figura 3– Distribuição dos recursos do PRONAF entre as Unidades da Federação, 2006.



Fonte: Banco Central do Brasil (2010), apud. Souza et. al., pág. 310, (2011).

Figura 4- Participação das Unidades da Federação na agricultura familiar, 2006.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009), apud. Souza et. al., pág. 310, (2011).

Desta forma Souza et. al. (2011) chegam a algumas conclusões sobre o Pronaf crédito:

Do que foi visto, pode-se concluir que a distribuição do Pronaf crédito entre os estados não tem refletido, necessariamente, a importância desses estados quanto à agricultura familiar, principalmente quando esta importância é medida pelos critérios área, número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Por outro lado, há indícios de que a distribuição dos recursos, sobretudo os de custeio, tem sido orientada no sentido de atender aos estados com maior participação no valor da produção familiar. (SOUZA ET. AL., 2011)

Assim, a pesquisa cumpre o papel de verificar, a partir das discussões apresentadas acima, se os recursos do PRONAF têm sido alocados para as regiões onde deveriam ser direcionados, de acordo com a distribuição de pessoas em domicílios rurais “pluriativos” ou “exclusivamente agrícola”, em alguns critérios como renda, educação, horas trabalhadas, quantidade de pessoas ocupadas na agricultura familiar.

3- Notas Metodológicas

3.1- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A pesquisa dissertativa utiliza como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do ano de 2009 a fim de analisar o efeito das atividades rurais não-agrícolas na desigualdade da distribuição de renda agrícola no Brasil e Grandes Regiões.

A finalidade da PNAD é produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Implantada progressivamente a partir de 1967, o levantamento das estatísticas da PNAD vem estabelecendo ao longo dos 45 anos de sua realização, um respeitável aparelho de investigação para elaboração, validação e avaliação de políticas dirigidas para o desenvolvimento socioeconômico e ainda para a melhoria das condições de vida no Brasil (IBGE, 2010).

De acordo com o IBGE (2010) a PNAD é composta por um sistema de amostra por domicílio que investiga em caráter permanente as diversas características demográficas e socioeconômicas da população, como trabalho, educação e rendimento, auxiliando os estudos sobre distribuição de renda e pobreza no país. Além disso, os dados também buscam, em periodicidade variável, temas relacionados com mobilidade social, fecundidade, imigração, saúde, entre outros, de acordo com a necessidade de informações do país, ela produz indicadores socioeconômicos para o Brasil e as Grandes Regiões e indicadores básicos para as Unidades da Federação, referentes a 2008 e 2009, no caso desta pesquisa.

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançado gradualmente. Em 1967 a pesquisa teve início apresentando seus resultados com periodicidade trimestral na área que hoje envolve o Estado do Rio de Janeiro, ao final da mesma década a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Após a pausa no ano de 1970 para a realização do Censo Demográfico ela foi reiniciada em 1971. No entanto, a PNAD passou a ser levantamento anual com realização no último trimestre nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973 já cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e

Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste, o que foi mantido até 1979 (IBGE, 2010).

Em 1981, o alcance geográfico da PNAD foi mais uma vez alterado, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Essa abrangência geográfica foi mantida para as pesquisas da década de 1990 e para as de 2001, 2002 e 2003. Somente no ano de 2004, a PNAD voltou a ser implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançando a cobertura completa do Território Nacional (IBGE, 2010).

A PNAD 2009 ainda veio acrescentar duas investigações suplementares: Segurança Alimentar, em sociedade com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; e Vitimização e Justiça, com os objetos referentes à justiça definidos no âmbito da parceria com o Conselho Nacional de Justiça (IBGE, 2010).

Segundo os dados do IBGE (2010) a PNAD do ano de 2009 investigou 399.387 pessoas em 153.837 domicílios por todo o país a respeito de temas como população, migração, educação, trabalho, família, domicílios e rendimento, tendo setembro como mês de referência. Conforme dados da PNAD-IBGE, cerca de 15,7 milhões de trabalhadores no Brasil estavam em atividade agrícola, sendo que a participação destes trabalhadores, em 2009, era de 17,0%.

3.2- Os métodos da pesquisa

O objetivo do estudo com os microdados da PNAD é a comparação de variáveis como renda, nível de escolaridade e média de anos de estudo, tempo dedicado ao trabalho, entre outras variáveis, no meio rural brasileiro, a fim de analisar o efeito das atividades rurais não-agrícolas na desigualdade da distribuição de rendimentos agrícolas no Brasil através das diferenças entre as pessoas em domicílios “pluriativos”⁸ e “exclusivamente agrícolas” na agricultura familiar.

⁸ No trabalho utilizaremos o mesmo conceito de Schneider (2006) onde a família pluriativa refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família rural, seja ela agrícola ou não-agrícola (ligadas à moradia, lazer, e as atividades industriais e de prestação de serviço).

Assim as pessoas em domicílios rurais são divididas em “exclusivamente agrícolas”, representadas pelas famílias rurais que exercem apenas atividades primárias, e pelas chamadas “pluriativas”, que possuem renda originária de atividades rurais não-agrícolas e atividades agrícolas. Cabe ressaltar neste ponto que, segundo as Notas Metodológicas da PNAD (IBGE, 2010), é considerado domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. Já por unidade domiciliar é considerado o domicílio particular⁹ ou uma unidade de habitação (quarto, apartamento, etc.) em domicílio coletivo¹⁰.

A PNAD é realizada por meio de dois questionários: o primeiro contempla as pessoas e o segundo diz respeito aos domicílios rurais ou urbanos. Como são publicadas duas bases de dados, uma para cada tipo de questionário, elas foram agrupadas em uma única base de dados para análise. É almejado demonstrar a composição estrutural da agricultura familiar separando as pessoas em domicílios agrícolas, aqui considerados como todos aqueles que possuem pelo menos uma pessoa ocupada com renda proveniente da agricultura.

Outro ponto importante a ser analisado no trabalho é a definição do que se compreende como agricultura familiar. Schneider (2003a) denota que, a partir da década de 1990, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vieram a estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento sustentável indicando dois modelos: patronal e familiar. O modelo familiar, aqui analisado, é qualificado pela relação íntima entre trabalho e gestão, onde a direção do que é produzido é definido pelos proprietários, com destaque para diversificação da produção e da qualidade dos recursos e de vida (SCHNEIDER 2003A).

Desta forma, compreender o que é a agricultura familiar se torna uma tarefa difícil. De acordo com a “Cartilha de Acesso ao PRONAF 2011-2012” do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2011), para ser enquadrado como agricultor familiar a unidade deve possuir os seguintes critérios: a) trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); b) residir na propriedade rural ou em local próximo; dispor de área inferior a quatro módulos fiscais; c) possuir, no máximo, dois empregados; d) ter renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil onde pelo menos 70% da

⁹ São domicílios particulares quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência.

¹⁰ Já os coletivos foram classificados os domicílios destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas.

renda são provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento (MDA, 2011).

Contudo essas definições se tornam complexas quando trabalhadas dentro de um banco de dados como o da PNAD. Primeiramente foi definido o que seria o “rural” na pesquisa segundo o dicionário de variáveis. A partir da variável que define o grupamento de atividade principal do empreendimento as categorias foram divididas em três setores: Agricultura, Serviço e Indústria. Posteriormente eles foram agrupados em setor agrícola e setor não-agrícola, onde o primeiro, respectivamente, equivale ao “Setor Agricultura” e o último representa os “Setores de Serviço e Indústria”. Partindo destas variáveis as pessoas em domicílios rurais foram divididos em “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”.

Após estas etapas outro ponto significativo para a pesquisa dissertativa é a avaliação do que é considerado como o “mundo” da *agricultura familiar*. É considerado agricultura familiar a soma dos tipos de domicílios de empregadores com até 2 empregados no máximo e de conta-próprias - um dos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para enquadramento dos agricultores familiares- para fim de análise na pesquisa. Vale ressaltar que são analisadas no trabalho somente as pessoas em domicílios rurais familiares com renda maior do que zero.

O trabalho realiza suas análises por grandes regiões a fim de revelar em quais delas as famílias “exclusivamente agrícolas” e as “pluriativas” são mais frequentes, bem como verificar o nível de renda, escolaridade e as horas trabalhadas por semana. A análise por grandes regiões permite uma avaliação mais detalhada sobre as desigualdades presentes na agricultura familiar brasileira, visto as enormes disparidades regionais apresentadas pelo país.

Outro fator importante para fins metodológicos, é que todas as variáveis são multiplicadas pelo fator de expansão, levando em consideração o seu peso, a partir da variável que identifica o peso da pessoa (variável 4729) nos domicílios. Desta forma, o quadro 2 demonstra a ponderação do universo e a diferença percentual por grande região do total de pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” a partir dos critérios adotados para definição de agricultura familiar. O quadro demonstra que no Brasil cerca de 68% das pessoas em domicílios rurais pertencentes à agricultura familiar estão em domicílios “exclusivamente agrícolas” enquanto que cerca de 32% dos residentes estão em domicílios “pluriativos”.

Quadro 2 - Diferença percentual e o total de pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar, PNAD, 2009.

	Exclusivamente Agrícola		Pluriativo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Norte	258891	67,0	127686	33,0	386577	100
Nordeste	1196812	66,9	593408	33,1	1790220	100
Sudeste	358812	69,0	161173	31,0	519985	100
Sul	547184	68,9	246412	31,1	793596	100
Centro-Oeste	143446	71,3	57726	28,7	201172	100
Brasil	2505145	67,9	1186405	32,1	3691550	100

Fonte: Elaboração da autora.

Entretanto, quando analisados os dados por grandes regiões da PNAD, eles evidenciam que nas regiões Norte e Nordeste as pessoas em domicílios “pluriativos” apresentam uma participação maior, respectivamente, 33% e 33,1%. As regiões Sudeste e Sul possuem, simultaneamente, 31% e 31,1% de seus indivíduos em domicílios “pluriativos”. Já a região Centro-Oeste é a região brasileira em que a pluriatividade é menos exercida por seus habitantes, apenas 28,7% das pessoas se enquadram como “pluriativos”. Assim, mesmo destacando que os dados podem apresentar distorções para uma pesquisa estatística, espera-se que os dados da PNAD do ano de 2009 revelem algumas das principais características socioeconômicas da população, como trabalho, educação e rendimento.

Cabe ainda ressaltar que os microdados da PNAD são processados em SPSS na versão 13.0 (Statistical Package for the Social Sciences), programa estatístico para as Ciências Sociais que possibilita o tratamento e análise dos microdados da PNAD. Ele torna a análise estatística de dados facilmente acessível e conveniente para o trabalho.

4- Os resultados dos dados da PNAD

A pluriatividade tem se tornado um fenômeno muito diversificado e heterogêneo, que intimamente é relacionado às estratégias sociais e produtivas adotadas pela família e pelo contexto socioeconômico em que elas estão inseridas. Assim, a partir deste ponto o trabalho realiza uma análise descritiva dos dados da PNAD a partir das heterogeneidades entre pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por grandes regiões brasileiras.

Os dados serão divididos em três seções. A primeira busca analisar a influência da renda de todos os trabalhos nas desigualdades entre indivíduos “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”. A segunda diz respeito ao nível educacional dos estratos contemplados na pesquisa. Por fim, será dedicada uma seção que relata as heterogeneidades em relação ao tempo dedicado ao trabalho semanalmente em cada estrato.

4.1 – A renda das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”.

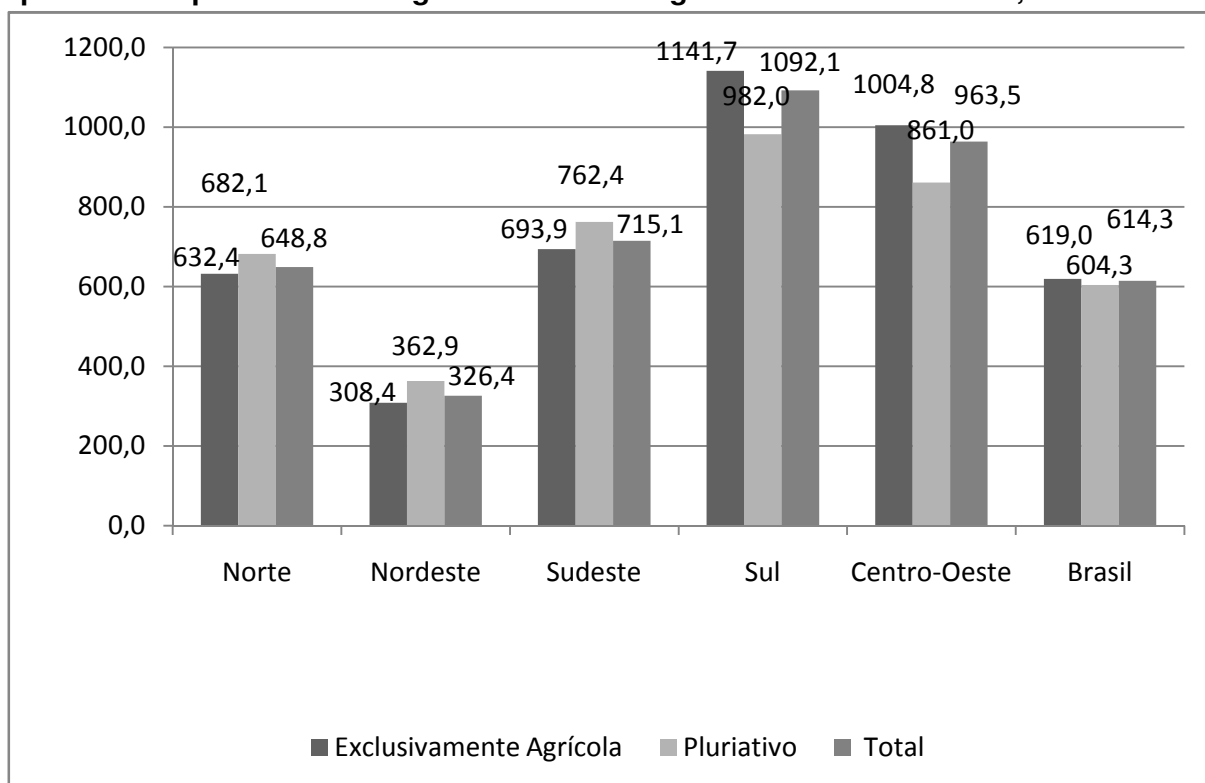
A respeito da renda agrícola no Brasil Ney e Hoffman (2008) relatam que:

Uma hipótese comum de ser encontrada na literatura é que o nível de renda não-agrícola das famílias rurais deve estar negativamente correlacionado com a posse de terra, porque as famílias que sofrem com a escassez de terra têm uma dependência maior do rendimento RNA se comparada à das famílias com grandes propriedades (NEY E HOFFMAN, pág. 368, 2008).

Os dados da figura 5 confirmam o trabalho de Ney e Hoffman (2008). Os lugares onde as propriedades são maiores, como a região Centro-Oeste, a renda dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” é maior. Já locais como a região Nordeste onde há “escassez” não somente de terra, mas também de recursos, as pessoas “pluriativas” detêm a renda elevada em relação aos “exclusivamente agrícolas”. Os dados da PNAD ratificam que o Norte, Nordeste e Sudeste são os locais onde a renda das pessoas “exclusivamente agrícolas”, que são, respectivamente, R\$632,4, R\$308,4 e R\$693,9 são inferiores a renda dos indivíduos “pluriativos”, respectivamente, R\$682,1, R\$362,9 e R\$762,4. Já nas regiões Sul e Centro-Oeste observa-se o inverso das regiões citadas acima, nelas a renda dos

indivíduos “exclusivamente agrícolas” é maior do que a renda média apresentada pelos “pluriativos”, demonstrando que nesses locais a pluriatividade vem a servir como uma forma de diversificação do trabalho do agricultor familiar.

Figura 5- Renda média das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.



Fonte: elaboração da autora.

Desta forma, a tabela 1 demonstra a diferença percentual entre as pessoas em domicílios “pluriativos” e “exclusivamente agrícolas”. Analisando os dados obtidos, é corroborado que, apesar da renda média entre as pessoas não apresentarem grandes disparidades, mesmo considerando as relações entre grandes regiões brasileiras, é manifesto na diferença percentual dos dados um grande percentual dos indivíduos concentrados nos baixos estratos de renda, especialmente naqueles residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas”. No Nordeste brasileiro observa-se que a renda de pessoas em residências “exclusivamente agrícolas” está concentrada em estratos de renda de menos de 1 Salário Mínimo (SM), cerca de 83% estão localizadas nesta faixa, cerca de 12% possui de 1SM a menos de 2SM por mês e cerca de 2% recebem a partir de 3SM mensais. Os dados da região Nordeste ratificam que esta é a região onde há a maior concentração de renda no estrato inferior da tabela. Ao observar os mesmos dados para pessoas em domicílios “pluriativos” essa mesma relação é de cerca de 65% para indivíduos

que recebem menos de 1SM por mês, 28,7% para aqueles que recebem de 1SM a menos de 2 SM. Na região Norte do Brasil os dados da PNAD mantêm as mesmas características, contudo não tão concentradas nos estratos inferiores. Dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” cerca de 53,5% possuem menos de 1SM por mês e cerca de 32% detêm de 1SM a menos de 2SM e 6,5% ganham a partir de 3SM por mês. Já os dados das pessoas “pluriativas” evidenciam que cerca de 43% recebem menos de 1SM, cerca de 42% detêm de 1SM a menos de 2SM por mês e cerca de 7% ganha a partir de 3SM mensais.

Tabela 1- Diferença percentual de pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009

Grande Região	Exclusivamente Agrícola					Pluriativo				
	% pessoas com renda					% pessoas com renda				
	Menos 1SM	De 1SM a menos de 2SM	De 2SM a menos de 3SM	A partir de 3SM	Total	Menos 1SM	De 1SM a menos de 2SM	De 2SM a menos de 3SM	A partir de 3SM	Total
Norte	53,4	32,1	8,0	6,5	100,0	42,9	41,8	8,3	7,1	100,0
Nordeste	83,1	12,2	2,5	2,1	100,0	65,5	28,7	4,1	1,7	100,0
Sudeste	44,6	38,0	7,4	10,0	100,0	33,2	42,7	11,6	12,5	100,0
Sul	29,0	30,9	13,4	26,6	100,0	19,7	45,2	15,9	19,1	100,0
Centro-Oeste	39,0	33,6	11,8	15,6	100,0	29,8	46,9	11,4	11,9	100,0
Brasil	60,2	23,3	6,7	9,8	100,0	47,5	36,3	8,4	7,8	100,0

Fonte: elaboração da autora.

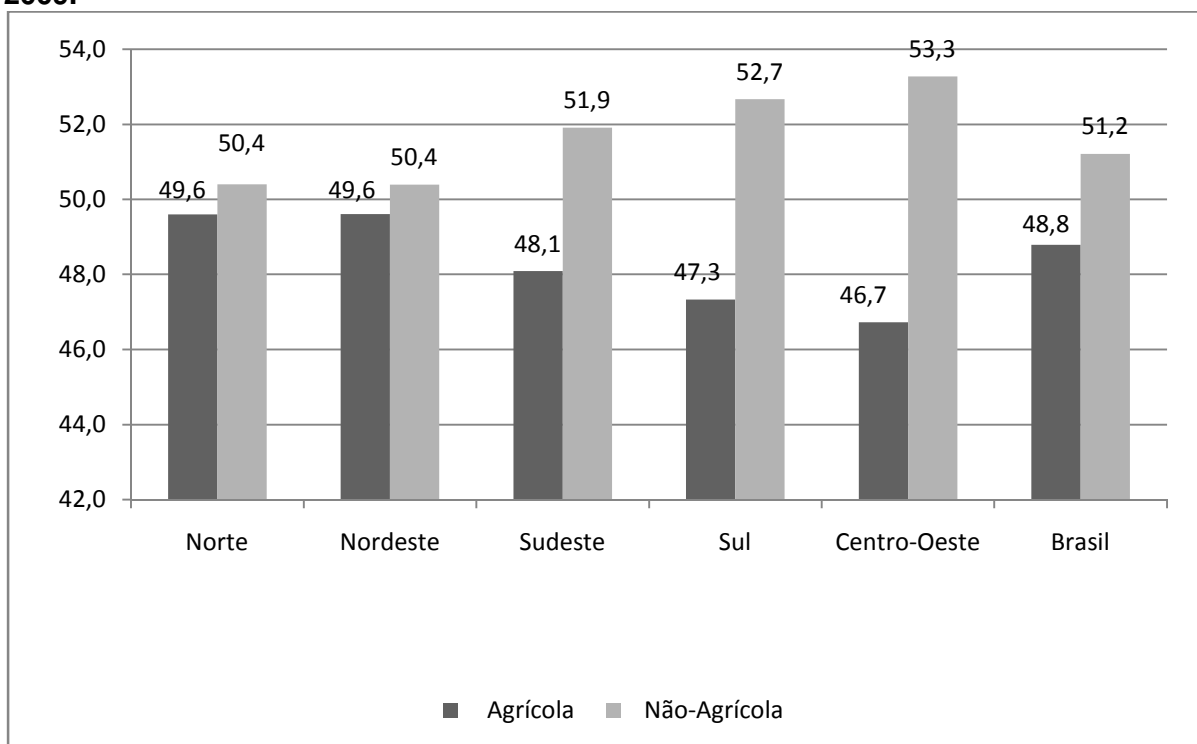
Já os dados das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste apresentam uma queda significativa na concentração da diferença percentual da renda nos estratos inferiores. Na região Sudeste, dos indivíduos “exclusivamente agrícolas”, cerca de 44,5% recebem menos de um 1SM, 38% ganham de 1SM a menos de 2SM e 10% recebem a partir de 3SM mensais. Das pessoas que vivem em domicílios “pluriativos” cerca de 33% tem renda domiciliar menor de 1SM, 42,7% ganham de 1SM a menos de 2SM e 12,5% recebem a partir de 3SM por mês.

Na região Sul do país os dados comprovam que das pessoas “exclusivamente agrícolas”, 29% ganham menos de 1SM por mês, cerca de 31% detêm de 1SM a menos de 2SM mensais e cerca de 26,5% recebem a partir de 3SM. Já dos indivíduos residentes em domicílios “pluriativos” cerca de 19,5% recebem menos de 1SM por mês, cerca de 45% ganham de 1SM a menos de 2SM e cerca de 19% possuem rendimentos a partir de 3SM.

Os dados da região Centro-Oeste demonstram que 39% dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” recebem menos de 1SM por mês, cerca de 33,5% ganham de 1SM a menos de 2SM por mês e cerca de 15,5% recebem a partir de 3SM. Já os dados dos indivíduos “pluriativos” evidenciam que cerca de 30% ganham menos de 1SM, cerca de 47% recebem de 1SM a menos de 2SM e cerca de 12% destes recebem a partir de 3SM.

Assim a figura 6 e a tabela 2 (complementar ao gráfico 1) que seguem abaixo estudam, essencialmente, os domicílios pluriativos no Brasil. Elas evidenciam a porcentagem e o número de observações de pessoas exercendo atividades agrícolas e não-agrícolas na semana de referência a pesquisa da PNAD do ano de 2009. A figura esclarece que nos domicílios “pluriativos” de todas as Grandes Regiões brasileiras as atividades rurais não-agrícolas são mais praticadas pelas pessoas que as atividades agrícolas. Ao estudar os dados do Brasil cerca de 51% possuem as atividades não-agrícolas como a principal atividade, enquanto que cerca de 48,5% das pessoas possuem as formas tradicionais de produção agrícola.

Figura 6- Porcentagem de pessoas em domicílios “pluriativos” em atividades agrícolas e não-agrícolas por Grande Região e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.



Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 2- Número de pessoas em domicílios “pluriativos” em atividades agrícolas e não-agrícolas por Grande Região e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grandes regiões	Agrícola	Não-Agrícola	Total
Norte	63336	64350	127686
Nordeste	294367	299041	593408
Sudeste	77505	83668	161173
Sul	116638	129774	246412
Centro-Oeste	26971	30755	57726
Brasil	578817	607588	1186405

Fonte: Elaboração da autora.

A figura 6 e a tabela 2 também esclarecem que na região Centro-Oeste 53,3% das pessoas em domicílios “pluriativos” possuem as atividades rurais não-agrícolas como a principal atividade em relação aos 46,7% dos indivíduos em atividades “exclusivamente agrícolas”. Na Região Sul brasileira as atividades não-agrícolas respondem por cerca de 53% do total de pessoas em domicílios “pluriativos” e a atividades agrícolas respondem por cerca de 47%. Estes índices demonstram que, apesar dos indivíduos “pluriativos” das regiões Norte e Nordeste possuírem a renda maior com atividades do setor RNA, são as pessoas Centro-Sul que apresentam ser mais específicas, utilizando as atividades rurais não-agrícolas para atender determinadas demandas do mercado; o ingresso no setor parece se dá pelos fatores de atração, utilizando-a como forma de diversificação da renda.

Ney e Hoffman (2008) demonstram que existem sérios problemas para as famílias com baixo nível de renda e ainda para aqueles que residem em locais com baixo nível de desenvolvimento ascenderem às atividades não-agrícolas, especialmente, onde existem enormes disparidades inter-regionais, como a região Nordeste e Norte. Os dados apresentados corroboram com o trabalho dos autores. Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil a pluriatividade têm sido mais exercida quanto ao número de pessoas que praticam a atividade, aferindo a esses domicílios um poder de renda maior. Contudo, mesma a renda média desses domicílios “pluriativos” apresenta-se menor quando comparadas com as grandes regiões do chamado “Centro-Sul” (compreendendo Centro-Oeste, Sudeste e Sul) brasileiro. Nos domicílios “exclusivamente agrícolas” as diferenças regionais quanto à renda chegam a dobrar (vide a relação Nordeste *versus* Sul na figura 5) evidenciando as diferentes demandas de cada região.

Quando analisados os dados em relação aos recursos das políticas sociais o trabalho, até o presente momento das discussões, concorda com as pesquisas de autores como Nascimento (2008) e Souza et. al. (2011) que já haviam relatado a má distribuição dos recursos do PRONAF. Mesmo que os dados da PNAD não tragam apontamentos específicos para tal, é demonstrada certa coerência para alocação dos recursos nas regiões do “Centro-Sul”, visto que elas possuem condições para receber o crédito, como a renda “elevada”, que tende a garantir o financiamento. Entretanto, com os dados já analisados pela pesquisa, percebe-se que são as regiões Norte e Nordeste que mais carecem do investimento do programa.

Casassus (2007) relata que a desigualdade de renda “tem um impacto notório no acesso e na permanência da educação. À medida que os sistemas educacionais vão se expandindo, pode-se pensar que a brecha da desigualdade na educação vai diminuir.” (pág. 38). Assim, segundo Ney (2006) a principal forma de diminuir essas desigualdades de rendimentos e ainda elevar o grau de escolaridade de uma sociedade é através da promoção da permanência crianças e jovens nas escolas, algo que, no Brasil, tem se tornado aos poucos algo essencial. Para Barros et alli (2009), somente “oportunidades iguais nivelam o campo de jogo e todo mundo tem, em princípio, o potencial para alcançar os resultados de suas escolhas” (APUD FONTES, COUTINHO E BUENO, 2010, P. 3).

4.2- O nível educacional entre indivíduos “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”.

Ney e Hoffmann (2008) indicam que a educação tem um importante papel na implantação das atividades rurais não-agrícolas e ainda para a aquisição de melhores salários. Entretanto os autores enfatizam que para famílias que residem em lugares com baixo desenvolvimento socioeconômico a ascensão nas atividades do setor RNA se torna uma tarefa mais difícil:

o desempenho educacional é variável importante para a implantação de atividades de processamento e comercialização de alimentos dentro de empreendimentos que antes só produziam bens primários, para o sucesso dos empreendimentos não-agrícolas e para a obtenção de empregos com maiores salários... As dificuldades de as famílias pobres que vivem em localidades rurais com baixo nível de desenvolvimento ascenderem às ocupações não-agrícolas são particularmente graves no Brasil, onde as desigualdades inter-regionais são enormes e grande parte da pobreza está localizada na região Nordeste (NEY E HOFFMANN, 2008, págs. 369 e 370).

Para Ney (2006) a democratização do acesso ao ensino é essencial para o desenvolvimento equitativo do meio rural por três razões. A primeira razão diz respeito ao avanço das atividades rurais não-agrícolas e a diminuição dos empregos agrícolas em países em desenvolvimento como o Brasil. Há intensa influência da educação na diversificação dos meios de adquirir renda das famílias rurais por meio de atividades de serviços e industriais, desenvolvidas fora ou dentro dos empreendimentos agrícolas. Segundo que a escolaridade também é ponderada pelo autor como um determinante expressivo do tipo de atividade não-agrícola em que as pessoas estão inseridas e do seu nível de salário e renda, assim, quando o acesso ao ensino não se limita às famílias com mais terra, ela é uma variável importante para a diminuição da desigualdade de renda rural, cujo efeito equalizador pode ainda ser ampliado na agricultura.

Em terceiro que a educação capacita, principalmente as pessoas mais pobres, a buscarem e defenderem seus direitos e a participarem mais ativamente da vida política e social do país. Nesse sentido, as estatísticas educacionais são fundamentais para o estudo da desigualdade. Elas também estão servindo para medir as demandas sociais por educação, contribuindo com informações relevantes para a elaboração de políticas específicas em prol do desenvolvimento equitativo do meio rural. (NEY, 2006)

Ney (2006) em sua tese de doutorado denota que:

“... a educação é sem dúvida um dos principais determinantes da renda dos indivíduos, constituindo um caminho clássico de ascensão social¹¹. Independente das divergências sobre seu papel na redução da desigualdade, há consenso de que a promoção do ensino básico no país é condição necessária para o exercício pleno da cidadania e para a participação adequada das pessoas em uma economia moderna. Além disso, a educação é um determinante significativo do nível de produtividade e rendimento do trabalho...”(NEY, pág. 11, 2006).

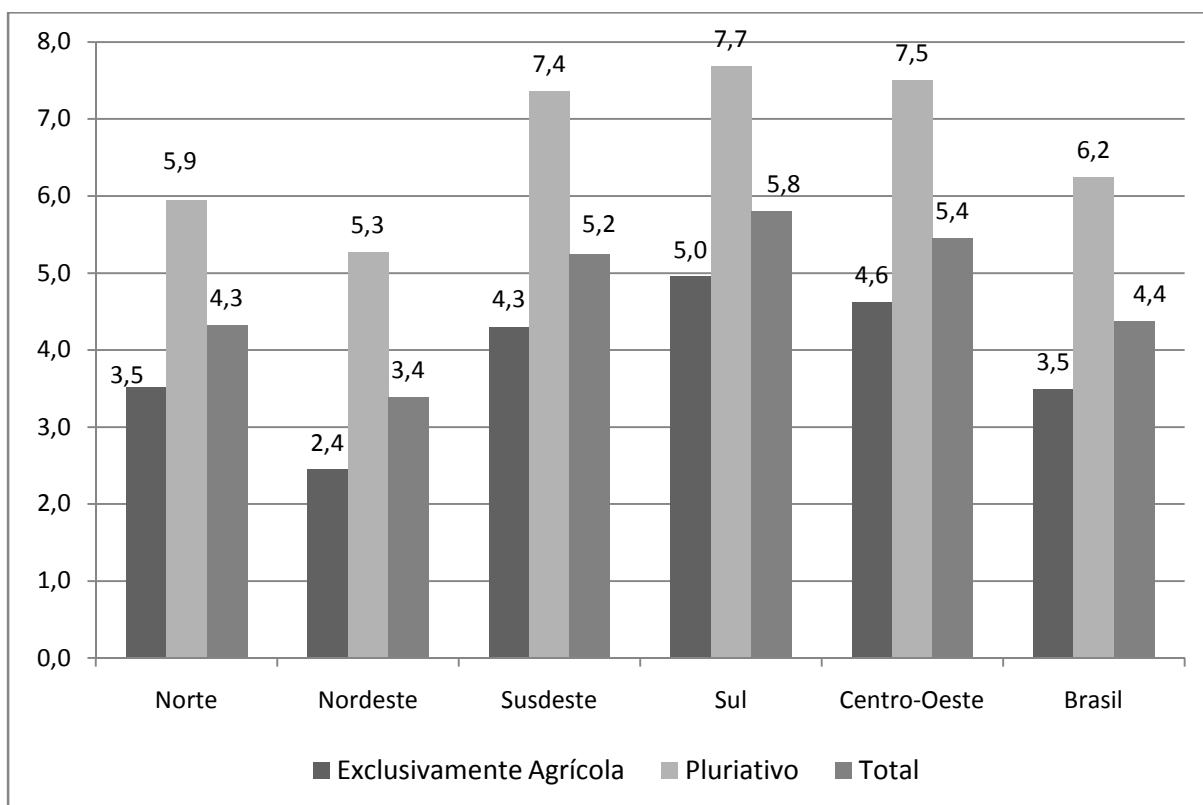
Assim, a partir da próxima figura são analisados os dados referentes ao nível educacional da amostra selecionada na pesquisa. Na primeira tabela estudada é mostrada a

¹¹ Até os autores que ressaltam a possibilidade de haver um exagero (viés) na avaliação do efeito da variável, como Fishlow (1973), Hoffmann (2000) e Ueda (2001), consideram-na um dos principais condicionantes da concentração da renda no país. Para Fishlow (1973, p.45), por exemplo, embora houvesse, na década de 70, um exagero no nível de desigualdade explicado pela educação, ele não deveria “significar o desprezo pela política educacional, um instrumento sempre muito importante em qualquer estratégia de diminuição da desigualdade de renda”. Segundo Fishlow (1973, p.31), a superestimação do efeito da escolaridade sobre a desigualdade “significou uma ênfase sobre a política educacional no debate sobre a distribuição de renda brasileira, as expensas de outras opções como modificações na propriedade de ativos”. A reforma agrária, por exemplo, para o autor, recebeu um destaque menor do que seria de se esperar.

diferença média de anos de estudo entre pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e em domicílios “pluriativos”.

A figura deixa em evidência, em primeiro lugar, que a região do chamado Centro-Sul do Brasil possui a média de anos de estudo mais elevada em relação às regiões Norte e Nordeste. Outro ponto que não se pode deixar de explicitar é a relação entre as pessoas em domicílios pluriativos, pois em todas as regiões brasileiras a média de anos de estudo das pessoas em domicílios “pluriativos” é bem mais elevada do que às das pessoas residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas”.

Figura 7- Média de anos de estudo entre pessoas em domicílios rurais “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.



Fonte: Elaboração da autora.

No Norte do Brasil os dados retratam que a média de anos de estudos dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” é de 3,5, enquanto que a mesma média de anos de estudos para os residentes em domicílios “pluriativos” é de 5,9 anos. Na região Sul a média de anos de estudo para os indivíduos em domicílios “pluriativos” é de 7,7 anos, enquanto que os domicílios “exclusivamente agrícolas” possuem média de apenas 5 anos. No Nordeste brasileiro essa relação é ainda maior, as pessoas residentes em domicílios

“pluriativos” possuem mais do dobro de média de anos estudo, 5,3 anos; enquanto que os “exclusivamente agrícolas” detêm em média 2,4 anos, mostrando um preocupante índice do baixo nível educacional nessa região.

Os dados da PNAD ratificam até o presente momento as grandes disparidades regionais no Brasil. Em regiões que não possuem um dinamismo, com predominância da agricultura familiar mais rudimentar e menos integrado aos complexos, o exercício de atividades rurais não-agrícolas nunca deixou de ser realizada, sendo um recurso essencial a complementação da renda agrícola ou ainda como estratégia de sobrevivência para os agricultores familiares. Contudo, a ideia é que uma atividade não substitua a outra, mas sim que elas trabalhem juntas. (SCHNEIDER, 2003a).

A interação de atividades agrícolas com atividades rurais não-agrícolas é mais intensa no meio em que a relação do agricultor com ambiente socioeconômico é mais complexo e diversificado. Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, o uso da pluriatividade parece estar ligado a uma estratégia de sobrevivência a fim de manter a renda/trabalho na agricultura familiar das regiões. Já nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste a pluriatividade vêm a o cumprir o papel de diversificador da produção rural.

A tabela 3 avalia a distribuição percentual do nível educacional de pessoas em domicílios rurais no Brasil. Ao analisar os dados da PNAD é nítido o baixo nível educacional. Verificando os dados é notório que em todas as grandes regiões brasileiras há uma concentração nos estratos inferiores de níveis educacionais, quase metade das pessoas possuem até 4 anos de estudos. Ao analisar, separadamente, as grandes regiões brasileiras observa-se que das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” do Norte brasileiro 29% se enquadram na categoria de 1 a 3 anos de nível educacional, ao passo que nos domicílios “pluriativos” cerca de 18% se enquadram no mesmo nível educacional. Ao analisar as pessoas que detêm 11 anos de estudos apenas 3,4% destes residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas” chegam a esse nível de instrução, o que não vai de encontro com as pessoas em domicílios “pluriativos” onde cerca de 12% possuem 11 anos de instrução educacional.

Tabela 3- Nível educacional entre pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grandes Regiões	Tipo do Domicílio	Nível Educacional									Total
		Sem Instrução	1 a 3 anos estudo	4 anos de estudo	5 a 7 anos de estudo	8 anos de estudo	9 ou 10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 a 14 anos de estudo	15 anos ou mais	
Norte	Excl. Agrícola	25,1	29,0	19,8	11,8	5,4	3,1	3,4	1,0	1,4	100
	Pluriativo	15,0	17,8	11,3	16,4	9,7	10,7	11,9	4,0	3,3	100
Nordeste	Excl. Agrícola	43,3	25,6	12,9	9,5	2,9	1,3	3,6	0,4	0,3	100
	Pluriativo	22,3	18,7	13,0	11,4	7,7	4,4	16,1	3,5	2,9	100
Sudeste	Excl. Agrícola	19,4	27,4	22,6	8,9	6,6	2,5	8,5	1,9	2,3	100
	Pluriativo	7,1	12,5	19,5	10,3	9,3	4,7	24,5	3,3	8,8	100
Sul	Excl. Agrícola	10,2	18,4	28,0	20,6	9,4	3,2	6,1	2,6	1,3	100
	Pluriativo	4,0	7,5	17,7	17,2	13,8	5,7	19,3	7,0	7,7	100
Centro-Oeste	Excl. Agrícola	17,4	27,1	17,1	15,8	4,1	4,3	10,1	0,8	3,3	100
	Pluriativo	9,1	14,3	11,9	12,8	6,0	7,2	21,6	6,2	10,8	100
Brasil	Excl. Agrícola	29,3	24,7	18,6	12,5	5,2	2,2	5,2	1,2	1,1	100
	Pluriativo	15,0	15,2	14,6	13,0	9,3	5,5	17,8	4,4	5,2	100

Fonte: Elaboração da autora.

No Nordeste os dados da PNAD confirmam que cerca 43% das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” não possuem instrução educacional e cerca de 25,5% possuem até 3 anos de estudos e apenas 3,6% possuem 11 anos. Quando analisados os dados das pessoas em domicílios “pluriativos” 22,3% não possuem instrução, já aqueles que possuem até de 3 anos de estudos os dados demonstram que eles correspondem a 18,7% das pessoas ocupadas enquanto que cerca 16% possuem 11 anos de estudos. Mesmo os dados da PNAD apontando para a concentração das pessoas nos estratos inferiores, confirmando baixa média educacional, os dados das pessoas em domicílios “pluriativos”, das regiões Norte e Nordeste, demonstram que eles possuem uma distribuição, mesmo não sendo muito, um pouco mais dispersa ao longo dos estratos de níveis educacionais do que os “exclusivamente agrícolas”.

Na região Sul do país os dados da PNAD evidenciam ainda mais as desigualdades regionais brasileiras. Os resultados, diferentemente, das regiões citadas acima não assinalam tanto o baixo nível educacional das pessoas, elas se encontram nos estratos médios de escolaridade, corroborando com a tabela 3 que demonstra que a média de anos de estudos nessa região é maior. Das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” a maior concentração se localiza no estrato de 4 anos de estudos, 28%, seguido pelo estrato de 5 a 7 anos com 20,6% pessoas. Já os indivíduos em domicílios “pluriativos” os dados apontam que 19,3% possuem 11 anos de estudos e 7,7% dos residentes possuem 15 anos ou mais de estudos.

Já no Centro-Oeste, das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas”, cerca de 10% possuem 11 anos de estudos. Quando observados os dados das pessoas em domicílios “pluriativos” elas se concentram, diferentemente das outras regiões, nos estratos superiores de níveis educacionais. Cerca de 21,5% das pessoas possuem 11 anos de estudos e cerca de 11% possuem 15 anos ou mais de estudos.

A região Sudeste deixada por última nesta análise se deve ao fato de que região por se considerada a mais “desenvolvida socioeconomicamente” deveria apresentar os melhores índices educacionais. Contudo, ela apresenta níveis intermediários em relação às regiões Norte/Nordeste *Versus* Sul/Centro-Oeste apresentando características de ambas. Ao observar as pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” os dados demonstram que 19,4% das pessoas não possuem nenhuma instrução enquanto que cerca de 7% das pessoas “pluriativas” estão neste mesmo estrato, deixando em ênfase que é uma das regiões mais desiguais quando comparados os níveis educacionais entre as categorias analisadas na pesquisa. Cerca de 2,5% dos residentes em domicílios “exclusivamente

agrícolas” possuem de 15 ou mais anos de estudos enquanto que 8,8% dos “pluriativos” detém esse mesmo nível de escolaridade.

Assim, a tabela 3 cumpre o papel de mostrar que nas grandes regiões Norte, Nordeste as pessoas em domicílios “pluriativos” possuem um nível educacional mais elevado e disperso entre os estratos do que aquelas que estão inseridas somente em atividades “exclusivamente agrícolas”, o que parece está direcionada a teoria de que nessas regiões por os indivíduos “pluriativos” deterem maior nível de escolaridade utilizam esse meio atrativo para utilizar as atividades do setor RNA como estratégia de sobrevivência.

Apesar disso, nas regiões Sul e Centro-Oeste quando comparada a relação educacional entre as pessoas que exercem atividades “exclusivamente agrícolas” e os indivíduos “pluriativos” essas disparidades não se mostram tão elevadas e os dados ainda clarificam que não existe uma concentração de pessoas em determinados estratos de níveis educacionais o que indica que a opção de mesclar as atividades agrícolas com as atividades rurais não-agrícolas seja uma opção e não uma necessidade de sobrevivência.

Outro fator importante ligada ao gráfico 3 e a tabela 3 é a questão do acesso ao crédito de políticas sociais como a do PRONAF, alguns autores já mencionados no trabalho como Ney e Hoffmann (2008), Souza et. al. (2011), demonstram que a educação é um fator essencial para inserção ao crédito. Assim os dados podem explicar que um dos motivos de, em sua maioria, os créditos se destinarem para as regiões Sul, Centro-Oeste e o estado de Minas Gerais são devidos ao melhor índice educacional dessas regiões.

Assim sendo, a partir deste momento a pesquisa traz uma série de informações sobre o nível de escolaridade em relação à renda domiciliar dos indivíduos residentes em domicílios rurais. A primeira tabela que segue abaixo traz em evidência a média de escolaridade em relação aos estratos de renda. Posteriormente, as tabelas trazem a diferença percentual entre os estratos de renda e o nível educacional de pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por grandes regiões. Devido à grande quantidade de informação que cada tabela possui, resolveu-se desmembrá-las em duas, a primeira (tabela 5) diz respeito somente aos indivíduos em domicílios “exclusivamente agrícolas”, enquanto que a seguinte (tabela 6) contempla apenas os residentes em domicílios “pluriativos”.

Tabela 4- Média de anos de estudo entre os estratos de renda de pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por grandes regiões e Brasil. PNAD, 2009.

Grande Região	Renda	Excl. Agrícola	Pluriativo	Total
		Média de escolaridade		
Norte	Menos de 1 SM	3,1	4,2	3,4
	De 1 SM a Menos de 2 SM	3,7	7,1	5,0
	De 2 SM a menos de 3 SM	4,4	7,2	5,2
	A partir de 3 SM	4,6	7,7	5,8
Nordeste	Menos de 1 SM	2,3	4,1	2,8
	De 1 SM a Menos de 2 SM	3,3	7,2	5,4
	De 2 SM a menos de 3 SM	3,2	8,8	5,7
	A partir de 3 SM	4,0	7,4	5,0
Sudeste	Menos de 1 SM	3,3	5,1	3,8
	De 1 SM a Menos de 2 SM	4,6	8,1	5,8
	De 2 SM a menos de 3 SM	5,1	9,4	6,8
	A partir de 3 SM	7,0	9,1	7,7
Sul	Menos de 1 SM	4,0	5,6	4,4
	De 1 SM a Menos de 2 SM	5,0	8,1	6,3
	De 2 SM a menos de 3 SM	5,2	7,6	6,0
	A partir de 3 SM	5,8	8,8	6,5
Centro-Oeste	Menos de 1 SM	3,9	5,8	4,3
	De 1 SM a Menos de 2 SM	4,4	7,7	5,6
	De 2 SM a menos de 3 SM	5,8	10,4	7,1
	A partir de 3 SM	6,1	8,5	6,6
Brasil	Menos de 1 SM	2,7	4,4	3,2
	De 1 SM a Menos de 2 SM	4,2	7,6	5,7
	De 2 SM a menos de 3 SM	4,8	8,4	6,1
	A partir de 3 SM	5,7	8,6	6,5

Fonte: Elaboração da autora.

Os dados das grandes regiões demonstram claramente que os indivíduos “pluriativos” possuem a média de anos de estudos por estrato de renda maior que as pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas”. No Brasil das pessoas que recebem menos de 1SM por mês, a média de anos de estudos é de 4,4, enquanto que a média dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” é de apenas de 2,7 anos. Das pessoas com renda de 2SM a menos de 3SM os dados revelam que dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” a média de escolaridade é de 4,8 anos, já os residentes em domicílios “pluriativos” ela sobe para 8,4. Já para as pessoas com renda mensal a partir de 3 SM mensais, os dados demonstram que os indivíduos “exclusivamente agrícolas” detém 5,7 anos de estudos, contudo os “pluriativos” possuem em média 8,6 anos.

A região Norte do Brasil evidencia que a média de anos de estudos para as pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” com menos de 1SM é de 3,1, enquanto que para os residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas” a média é de 4,2 anos. Já para aqueles indivíduos que ganham a partir de 3 SM mensais a diferença ainda é maior, ela sobe de 4,6, para as pessoas “exclusivamente agrícolas”, para 7,7 anos de estudos, para residentes em domicílios “pluriativos”. No Nordeste os índices se mantêm parecidos, contudo ainda mais baixos, a média de anos de estudos para indivíduos “exclusivamente agrícolas” com menos de 1SM por mês é de 2,3 e para as pessoas “pluriativas” a média é de 4,1. Já para as pessoas com renda mensal a partir de 3SM a média é de 4 anos de estudos para os residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas” e de 7,4 anos para os “pluriativos”.

No Sudeste e Centro-Oeste do Brasil o que chama atenção é a média de anos de estudos dos indivíduos “pluriativos” com renda entre 2SM a menos de 3SM mensais, elas são, respectivamente, 9,4 e 10,4 anos de estudos. Essas são as maiores médias apresentadas no Brasil. Ainda no Sudeste os dados apontam a média de anos de estudos das pessoas “exclusivamente agrícolas” que recebem a partir de 3SM é de 7 anos enquanto que os indivíduos “pluriativos” possuem em média 9,1 anos. Já no Centro-Oeste os mesmos dados se apresentam: 6,1 anos para indivíduos “exclusivamente agrícolas” e 8,5 anos para os residentes em domicílios “pluriativos”.

Já na região do Sul dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” que recebem menos de 1SM por mês a média é de 4 anos de estudos enquanto que das pessoas “pluriativas” é de 5,8 anos. Quando analisados os dados daqueles que recebem a partir de 3SM mensais, os dados da PNAD afirma que a média é de 5,8 anos de estudos para os residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas” e para aqueles indivíduos em residências “pluriativas” a média sobe para 8,8 anos de estudos.

Assim a tabela 5 já traz em evidência a relação entre a renda domiciliar e o nível educacional entre os indivíduos. A tabela informa que, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil as pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” estão concentradas nos estratos mais baixos quando cruzadas as variáveis, renda domiciliar e nível educacional do que as regiões do Centro-Sul brasileiro.

Tabela 5- Diferença percentual entre os estratos de renda e o nível educacional de pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” por grandes regiões e Brasil. PNAD, 2009.

Grandes Regiões	Renda	Nível Educacional									Total
		Sem Instrução	1 a 3 anos estudo	4 anos de estudo	5 a 7 anos de estudo	8 anos de estudo	9 ou 10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 a 14 anos de estudo	15 anos ou mais	
Norte	Menos de 1 SM	29,2	32,4	15,3	10,8	4,5	3,1	1,9	1,3	1,6	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	22,9	27,0	24,2	12,0	6,1	2,2	3,5	0,8	1,4	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	15,9	27,5	27,7	7,0	3,8	7,9	8,3	0,9	0,9	100
	A partir de 3 SM	16,0	15,9	21,5	25,5	11,9	1,4	7,8	0,0	0,0	100
Nordeste	Menos de 1 SM	45,6	25,2	12,8	8,9	2,6	1,4	3,0	0,2	0,3	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	30,3	29,9	14,6	12,7	4,6	0,7	6,0	0,6	0,7	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	35,9	27,2	9,8	14,2	1,8	1,1	6,3	3,6	0,0	100
	A partir de 3 SM	36,1	15,7	11,8	10,9	7,7	4,1	9,6	2,0	2,1	100
Sudeste	Menos de 1 SM	25,2	32,7	25,2	4,2	3,2	2,2	4,7	1,4	1,1	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	16,0	27,6	19,8	13,1	8,1	2,7	7,9	2,9	1,7	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	14,8	20,6	24,2	12,9	8,1	0,0	13,0	1,8	4,6	100
	A partir de 3 SM	9,8	8,2	20,7	10,7	14,8	4,3	23,7	0,0	7,7	100
Sul	Menos de 1 SM	18,8	22,8	24,0	18,5	6,9	3,4	3,6	1,1	0,8	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	8,5	17,7	29,0	21,2	10,5	3,2	6,3	3,1	0,4	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	7,5	19,7	28,0	20,5	10,6	2,5	8,0	1,7	1,6	100
	A partir de 3 SM	4,1	13,6	31,4	22,4	10,2	3,3	7,8	4,2	2,9	100
Centro-Oeste	Menos de 1 SM	20,8	31,0	15,5	17,0	2,5	3,6	8,4	0,5	0,6	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	18,0	27,2	19,2	13,4	6,1	4,8	8,1	0,7	2,4	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	17,5	19,5	10,7	16,4	6,5	4,4	18,8	0,0	6,3	100
	A partir de 3 SM	7,5	23,1	21,2	17,7	1,8	4,5	12,4	2,0	9,8	100
Brasil	Menos de 1 SM	38,3	26,6	15,6	9,8	3,3	1,9	3,4	0,6	0,5	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	18,5	25,2	21,7	15,3	7,5	2,5	6,4	1,9	1,1	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	15,8	22,1	22,3	16,1	7,4	2,7	9,6	1,8	2,2	100
	A partir de 3 SM	9,4	14,1	26,2	19,2	10,0	3,5	10,8	2,9	4,0	100

Fonte: Elaboração da autora.

Na região Norte, das pessoas com menos de 1 SM cerca de 29% não possuem nenhuma instrução educacional e cerca de 32% possuem de 1 a 3 anos de estudo o que vem ao contrário de regiões como o Sul em que os mesmo índices caem, respectivamente, para cerca de 19% e 23%. No Norte brasileiro mesmo as pessoas com renda a partir de 3SM mensais concentram-se na faixa de 5 a 7 anos de estudo, 25,5%. Apenas 7,8% das pessoas com renda a partir de 3 SM possuem 11 anos de estudo. Percebe-se que nessa região a relação renda/nível educacional ainda carece de muita atenção pelo governo, principalmente para a adição de políticas sociais que possam mudar o quadro demonstrado.

O Nordeste do Brasil não se diferencia muito das estatísticas apresentadas pela população da região Norte. Todavia, quando analisados os dados das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” com menos de 1 SM eles demonstram estar ainda mais concentrados na calda inferior da tabela. Cerca de 45,5% das pessoas com menos de 1SM não possuem instrução, e cerca de 25% detém de 1 a 3 anos de estudo. Outro ponto importante é que das pessoas que possuem de 2SM a menos de 3SM mensais apenas 6,3% obtiveram 11 anos de estudo. Quando ponderados os dados das pessoas que possuem renda mensal a partir de 3SM apesar de não estarem tão reunidos na parte inferior de distribuição da tabela eles ainda são muitos baixos, cerca de apenas 2% possuem 15 anos ou mais de estudo.

Já região Sudeste do Brasil apresenta uma distribuição distinta das demonstradas acima. Ela possui uma distribuição não tão concentrada no estrato inferior, muito devido ao fato de ser a região mais desenvolvida socioeconomicamente do país. Cerca de 7,7% das pessoas com renda a partir de 3SM possuem 15 anos ou mais de estudo, 23,7% possuem 11 anos de estudos e apenas 8,2% detém de 1 a 3 anos de estudo dado relevante em comparação com as regiões Norte e Nordeste. Quando avaliado os dados das pessoas com renda mensal entre 2SM a menos de 3SM, 13% das pessoas possuem 11 anos de estudos e 4,6% possuem 15 anos ou mais de estudos. Já das pessoas com menos de 1 SM cerca de 25% não possuem instrução e 32,7% possuem de 1 a 3 anos de estudo, ou seja, o nível educacional nesta região está muito ligado ao ganho de renda.

A região Sul do Brasil demonstra dados ainda mais dispersos ao longo da distribuição da tabela acima. Isto expressa que a renda em relação ao nível educacional das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” não está tão concentrada nos estratos inferiores, o que revela um espaço não tão desigual quanto às variáveis analisadas. Os dados revelam que, em comparação, com outras regiões 18,8% das pessoas com menos de 1SM não possuem instrução educacional e apenas cerca de 8,5% daqueles que possuem

ganhos mensais entre 1SM a menos de 2SM não possuem instrução educacional. Das pessoas que possuem renda a partir de 3SM, 4,2% das pessoas possuem de 12 a 14 anos de estudo e cerca de 3% possuem 15 anos ou mais de estudo, dado relativamente maior que as regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O Centro-Oeste do Brasil revela a região em que as pessoas que possuem rendimento a partir de 3SM possuem maior nível de escolaridade, cerca de 10% destes possuem 15 anos ou mais de escolaridade e 12,4% possuem 11 anos de escolaridade. Das pessoas com 2SM a menos de 3SM mensais cerca de 19% detém pelos menos 11 anos e 6,3% possuem 15 anos ou mais de escolaridade. Contudo quando analisados os dados das pessoas menos de 1SM cerca de 21% não possuem instrução e das pessoas com 1SM a menos de 2SM mensais 18% também não possuem instrução.

Os dados das pessoas em domicílios rurais “exclusivamente agrícolas” evidenciaram que a relação renda *versus* escolaridade é relativamente baixo, estando concentrada nos estratos mais baixos das variáveis contempladas e dada à relação entre elas entende-se que as desigualdades tendem a ser maior, visto que, pesquisas já demonstradas neste trabalho apontam que quanto maior a educação maior é o ganho de renda, uma vez que é a educação a variável de maior efeito na conformação da renda. Outro ponto que chama a atenção nessas estimativas são os dados apresentados pelas regiões Norte e Nordeste, onde são ratificados baixos índices nas variáveis estudadas na tabela 5.

No entanto, a tabela 7 que avalia os dados referentes às pessoas em residências “pluriativas” por grandes regiões brasileiras traz um panorama distinto sobre a renda e o nível educacional das pessoas. Diferente dos dados relativos às pessoas “exclusivamente agrícolas” os denominados “pluriativos” não concentram tanto os dados nos estratos inferiores, apresentando dados mais espalhados ao longo da tabela, como pode ser observado abaixo. O que pode ser um indicativo que as desigualdades são menores para essas pessoas, evidenciando desta forma que a escolaridade indica maior ganho de renda nos domicílios “pluriativos”.

Tabela 6- Diferença percentual entre os estratos de renda e o nível educacional de pessoas em domicílios “pluriativos” por grandes regiões e Brasil. PNAD, 2009.

Grande Região	Renda	Nível Educacional									Total
		Sem Instrução	1 a 3 anos de estudo	4 anos de estudo	5 a 7 anos de estudo	8 anos de estudo	9 ou 10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 a 14 anos de estudo	15 anos ou mais	
Norte	Menos de 1 SM	21,1	24,6	13,5	19,6	8,5	8,8	2,9	0,0	1,0	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	10,5	13,3	7,5	15,5	12,0	14,4	18,5	3,2	5,1	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	8,1	21,1	12,8	4,3	10,8	0,0	27,1	10,2	5,7	100
	A partir de 3 SM	12,7	2,1	19,6	15,7	2,1	11,1	9,9	23,6	3,1	100
Nordeste	Menos de 1 SM	28,0	21,6	14,1	12,3	7,5	3,9	10,5	1,2	0,8	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	11,4	13,1	10,9	10,5	8,5	6,2	28,3	7,0	4,2	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	4,4	16,1	10,2	7,3	4,6	2,2	22,8	10,6	22,0	100
	A partir de 3 SM	29,1	5,4	9,1	0,0	10,4	0,0	10,6	15,4	20,0	100
Sudeste	Menos de 1 SM	15,0	27,2	19,3	7,6	7,5	6,9	13,1	1,1	2,3	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	3,5	4,8	19,0	14,4	11,3	3,8	33,5	3,2	6,5	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	0,0	5,8	19,5	5,8	12,6	0,0	33,2	6,6	16,6	100
	A partir de 3 SM	4,7	6,1	21,5	8,1	4,7	6,1	16,4	6,1	26,4	100
Sul	Menos de 1 SM	12,5	11,3	25,5	21,2	5,2	7,5	10,8	2,6	3,4	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	2,2	6,2	13,8	15,4	15,7	6,7	28,0	8,6	3,3	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	3,0	10,7	15,8	21,3	11,3	6,2	16,2	6,9	8,6	100
	A partir de 3 SM	0,0	3,8	20,5	14,0	20,4	1,3	10,3	7,7	22,0	100
Centro-Oeste	Menos de 1 SM	11,4	20,2	15,8	19,4	6,1	7,9	16,9	0,0	2,3	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	8,1	13,6	11,4	9,6	6,5	9,2	27,1	7,6	6,8	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	6,0	4,7	5,3	11,3	5,3	4,7	5,3	23,3	34,0	100
	A partir de 3 SM	10,2	11,5	10,9	10,3	4,5	0,0	26,9	0,0	25,7	100
Brasil	Menos de 1 SM	24,3	21,5	15,6	13,5	7,4	5,0	10,3	1,2	1,2	100
	De 1 SM a Menos de 2 SM	7,4	10,0	12,6	12,9	11,1	7,1	27,9	6,4	4,6	100
	De 2 SM a menos de 3 SM	3,4	11,6	14,1	12,7	9,4	3,3	21,3	9,1	15,0	100
	A partir de 3 SM	6,1	4,9	18,7	11,1	13,0	3,0	12,8	9,1	21,2	100

Fonte: Elaboração da autora.

Ao analisar separadamente as grandes regiões percebem-se diferenças significativas. A região Norte do Brasil juntamente com o Nordeste são as regiões onde os dados são mais concentrados nos estratos inferiores quanto a variáveis estudadas na tabela 6. Já as regiões do Centro-Sul possuem seus dados mais distribuídos ao longo da tabela, o que novamente vem a ratificar que nessas regiões o nível educacional tem maior ligação à renda, evidenciando sua importância para aferição da renda.

Na região Norte, das pessoas com menos de 1SM mensais, cerca de 21% dos residentes em domicílios “pluriativos” não possuem instrução educacional e 24,6% detém de 1 a 3 anos de estudo. Das pessoas com renda entre 2SM a menos de 3SM mensais são as que apresentam os dados mais distribuídos ao longo da tabela, cerca de 8% não possuem instrução educacional, 27,1% detém 11 anos e 5,7% possuem 15 anos ou mais de estudo. Quando observados os dados referentes às pessoas com renda a partir de 3SM por mês, apesar de os dados decrescerem, eles ainda são altos, 12,7% não possuem instrução educacional e apenas 3,1% detém 15 anos ou mais de estudo.

No Nordeste os dados da PNAD apresentam configurações parecidas com o Norte do Brasil, contudo evidenciam particularidades diferentes. Analisando as pessoas “pluriativas” que possuem rendimento a partir de 3SM são notórios os elevados índices de desigualdades. De acordo com os dados apresentados as pessoas nestes domicílios estão concentradas nos extremos da tabela, cerca de 29% não possuem instrução ao passo que cerca de 15,5% possuem de 12 a 14 anos de estudo e 20% detém 15 anos ou mais de estudos. Das pessoas com menos de 1SM, 28% não possuem instrução educacional e apenas cerca de 1% destes detém de 12 a 14 anos e menos de 1% (0,8%) possuem 15 anos ou mais de escolaridade. Ponderando os dados das pessoas entre 2SM a menos de 3SM mensais, cerca de 16% possuem de 1 a 3 anos de estudo e 22% detém 15 ou mais anos de escolaridade, evidenciando índice um até maior que as pessoas com renda a partir de 3SM.

A região Sudeste do Brasil já demonstra dados mais concentrados nos estratos finais da tabela, mostrando que estes possuem mais anos de estudo. Daqueles que recebem menos de 1SM, 15% dos residentes em domicílios “pluriativos” não possuem instrução educacional e 2,3% possuem 15 anos ou mais de escolaridade e cerca de 13% detém 11 anos de escolaridade. Já as pessoas que possuem de 2SM a menos de 3SM cerca de 4,5% não detém instrução educacional, 16,4% possuem 11 anos de estudo e 26,4% possuem 15 anos ou mais de escolaridade, aliás essa é a região brasileira em que os dados demonstram que as pessoas com ganhos a partir de 3SM detém o nível educacional

mais concentrados nos estratos finais da tabela, destacando a importância desta variável para aferição da renda.

A região Sul do Brasil apresenta índices interessantes quanto às variáveis estudadas dos indivíduos “pluriativos”. Das pessoas renda mensal inferior a 1SM 12,5% não possuem instrução educacional e cerca de 11% detém 11 anos e 3,4% possuem 15 anos ou mais de estudo. Quando analisados os dados referentes aos indivíduos com renda mensal entre 2SM a menos de 3SM é demonstrado que apenas 3% das pessoas não possuem instrução educacional- revelando o menor índice de indivíduos sem instrução nesta faixa de rendimento em todo Brasil- e 16,2% têm 11 anos de estudo. Já das pessoas com renda a partir de 3SM os dados da PNAD expõem que 3,8% da população estudada possuem de 1 a 3 anos, cerca de 10,5% detém 11 anos de estudo e 22% das pessoas têm 15 anos ou mais de estudos.

O Centro-Oeste brasileiro aponta características de ambas as regiões Sul e Sudeste, seus dados demonstram que das pessoas que possuem menos de 1SM mensais cerca de 11,5% não possuem instrução educacional- demonstrando, nessa faixa de renda, o menor índice de pessoas sem instrução de todas as regiões brasileiras- e cerca de 19,5% detém de 5 a 7 anos de estudo. Quando observados os dados dos indivíduos com renda mensal entre 2 a menos de 3SM 6% não possuem instrução educacional, todavia 34% das pessoas nessa faixa de rendimento possuem 15 anos ou mais de estudos. Das pessoas com renda mensal a partir de 3SM cerca de 10% destas pessoas não possuem instrução educacional, contudo cerca de 30% detém 11 anos de estudos e 25,7% possuem 15 ou mais de escolaridade.

Diante do exposto, é manifesto que o nível educacional e a renda são variáveis que intimamente estão correlacionadas, tanto que Barros (2001) relata que o maior dilema brasileiro seria sua enorme concentração de renda em alguns estratos mais ricos da sociedade brasileira, e, se levar em conta somente os países em desenvolvimento, o Brasil estaria entre as nações que detém as melhores condições de combater a pobreza pela redução dessa desigualdade que se faz presente na sociedade. Assim, Henriques (2001) afirma que essa má distribuição dos rendimentos é o principal determinante da pobreza no Brasil, com um efeito substancialmente maior do que a insuficiência de renda:

...que os principais determinantes da pobreza observada no Brasil estão associados, sobretudo, à desigualdade na distribuição de recursos, e não propriamente à escassez de recursos. Isso significa que o Brasil, tanto em termos absolutos como em relação aos diversos países do mundo, não pode ser considerado um país pobre, mas, sem dúvida alguma, deve ser considerado um país extremamente injusto. (HENRIQUES, pág. 17, 2001)

As informações elucidadas pela pesquisa demonstram enormes diferenças entre os indivíduos “pluriativos” e os “exclusivamente agrícolas” no Brasil, as pessoas residentes em domicílios “pluriativos” possuem maior escolaridade associada ao nível de renda do que os indivíduos “exclusivamente agrícolas”. Sendo estas variáveis instrumentos fundamentais para manutenção não somente do trabalho mas também ao acesso as políticas sociais, como a do PRONAF e visto que pessoas mais escolarizadas tendem a exercer mais os direitos, o trabalho esclarece que as regiões do Centro-Sul tendem a deter melhores condições de acesso a essas políticas, visto que possuem melhores “aptidões” ao crédito rural.

Desta forma, pode-se afirmar que um dos grandes dilemas brasileiros é aumentar o nível educacional das pessoas no campo, já que necessariamente a redução da pobreza perpassa pelo sistema educacional. O trabalho ressalta, essencialmente, as enormes disparidades das variáveis estudadas dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” oriundos das regiões Norte e Nordeste, os dados da PNAD deixam manifesto que esses lugares necessitam de atenção especial, para políticas de fortalecimento do pequeno agricultor.

4.3- O tempo dedicado ao trabalho entre os indivíduos “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”.

Nesta seção a pesquisa evidencia a influência das horas trabalhadas por grandes regiões brasileiras em relação à renda e o nível educacional. O trabalho busca avaliar se os indivíduos em domicílios “pluriativos” possuem mais horas destinadas ao trabalho, visto que eles, ao exercerem mais de uma atividade, possuem certa tendência a dedicar mais tempo ao trabalho do que as pessoas “exclusivamente agrícolas”.

A tabela 7 abaixo informa justamente a porcentagem de horas trabalhadas semanalmente por pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por grandes regiões no Brasil. No primeiro momento é notório que as regiões Sul e Sudeste são os locais em que as pessoas em domicílios rurais mais acumulam horas de trabalhadas por semana. Outro fator que chama a atenção é o fato que nos domicílios “exclusivamente agrícolas” há maior disparidade entre as horas trabalhadas nos estratos evidenciados do que nos residentes em domicílios “pluriativos” onde os dados demonstram menor heterogeneidade.

Tabela 7- Porcentagem de horas trabalhadas entre pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grandes Regiões	Tipo do domicílio	Horas Trabalhadas			Total
		Até 14h	15h a 39h	A partir de 40h	
Norte	Excl. Agrícola	4,0	32,4	63,6	100
	Pluriativo	4,0	26,5	69,5	100
Nordeste	Excl. Agrícola	2,8	29,9	67,3	100
	Pluriativo	5,3	33,8	60,9	100
Sudeste	Excl. Agrícola	2,5	14,4	83,1	100
	Pluriativo	3,4	26,6	70,0	100
Sul	Excl. Agrícola	3,5	16,6	79,8	100
	Pluriativo	1,9	16,6	81,5	100
Centro-Oeste	Excl. Agrícola	6,1	29,6	64,3	100
	Pluriativo	8,2	28,4	63,4	100
Brasil	Excl. Agrícola	3,2	25,0	71,8	100
	Pluriativo	4,3	28,2	67,5	100

Fonte: Elaboração da autora.

Quando se analisa separadamente as grandes regiões brasileiras percebe-se que no Norte brasileiro 63,6% das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” dedicam 40h ou mais semanais ao trabalho, em contra partida para os residentes em domicílios “pluriativos” 69,5% se enquadram na mesma faixa de horas trabalhadas. Nos estratos inferiores cerca de 32% das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” dedicam de 15 a 39h semanais ao trabalho, enquanto que nos “pluriativos” são 26,5%.

No Nordeste brasileiro, das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” apenas 2,8% das pessoas trabalham até 14h enquanto que cerca de 67% trabalham a partir de 40h semanais e cerca de 30% dedicam de 15 a 39h semanais. Já nos domicílios “pluriativos” os dados não apresentam tanta disparidades, 33,8% trabalham de 15 a 39h por semana enquanto que cerca de 61% destinam mais de 40h semanais ao trabalho.

Na região Centro-Oeste 6,1% das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” trabalham até 14h semanais, 29,6% dedicam de 15 a 39h semanais e cerca de 64% trabalham 40h ou mais por semana. Já para as pessoas em domicílios “pluriativos” cerca de 8% dos residentes nestes locais estão no estrato de até 14h semanais e cerca de 28% dedicam de 15 a 39h semanais ao trabalho e 63,4% trabalham mais de 40h semanais.

O que chama atenção nestes dados da tabela 7 é o fato que as regiões Sul e Sudeste, regiões mais desenvolvidas socioeconomicamente, são os lugares em que tanto as pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” quanto os “pluriativos” se “dedicam” mais ao trabalho, estando a maioria dos indivíduos compreendidos no estrato a partir de 40h semanais. O Sul é a região em que mais as pessoas se dedicam ao trabalho, dos indivíduos em domicílios “exclusivamente agrícolas” 79,8% trabalham 40h ou mais por semana enquanto que nos domicílios “pluriativos” esse índice ainda é maior, 81,5%. A região Sul também é a que os residentes em domicílios “pluriativos” apresentam maiores disparidades quanto aos estratos de horas trabalhadas semanalmente.

O Sudeste como já mencionado é a região que mais parece se com o Sul quanto ao tempo dedicado ao trabalho, contudo ela se enquadra a outras regiões brasileiras pelo fato de os dados das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” serem mais heterogêneos. Nesta região 2,5% trabalham até 14h semanais e 14,4% dos indivíduos trabalham entre 15 à 39h por semana enquanto que cerca de 83% destas pessoas dedicam a partir 40h semanais ao trabalho. Quando analisados os dados das pessoas em domicílios “pluriativos” a distribuição é da seguinte forma: 3,4 dedicam até 14h semanais de trabalho, 26,6% trabalham de 15 à 39h semanais e 70% destes trabalham a partir de 40h semanais.

Por conseguinte, a tabela a seguir avalia a porcentagem das horas trabalhadas em relação à renda mensal das pessoas em domicílios “pluriativos” e “exclusivamente agrícolas” por grandes e Brasil. Quando analisados os dados separadamente entre as grandes regiões e também entre as categorias contempladas são evidenciadas algumas diferenças entres essas amostras. Os dados novamente ratificam que as regiões Norte e Nordeste são os locais em que os indivíduos detêm a maior porcentagem de pessoas com baixa renda e a menor porcentagem de horas trabalhadas semanalmente e são nos “exclusivamente agrícolas” que esses dados tende a ser acentuado.

Tabela 8- Estratos de renda em relação a porcentagem de horas trabalhadas em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” por grandes regiões e Brasil, PNAD, 2009.

Grande Região	Horas trabalhadas	Exclusivamente Agrícola					Pluriativo				
		% de pessoas com renda									
		Menos de 1 SM	1 SM a menos de 2 SM	2 SM a menos de 3 SM	A partir de 3 SM	Total	Menos de 1 SM	1 SM a menos de 2 SM	2 SM a menos de 3 SM	A partir de 3 SM	Total
Norte	Até 14h	71,7	21,1	2,7	4,5	100	90,2	4,4	5,4	0,0	100
	De 15h a 39h	64,0	25,6	4,0	6,3	100	58,5	36,1	2,2	3,2	100
	A partir de 40h	46,8	36,1	10,3	6,7	100	34,2	46,1	10,8	9,0	100
Nordeste	Até 14h	97,4	1,0	0,0	1,5	100	100,0	0,0	0,0	0,0	100
	De 15h a 39h	91,2	6,0	1,1	1,6	100	72,0	26,9	1,1	0,0	100
	A partir de 40h	78,9	15,5	3,3	2,4	100	59,0	32,2	6,1	2,7	100
Sudeste	Até 14h	70,1	13,9	0,0	16,0	100	77,7	22,3	0,0	0,0	100
	De 15h a 39h	66,9	22,7	3,0	7,4	100	53,9	31,2	4,8	10,1	100
	A partir de 40h	40,0	41,3	8,4	10,3	100	23,2	48,1	14,7	14,0	100
Sul	Até 14h	71,1	13,1	6,4	9,4	100	86,8	13,2	0,0	0,0	100
	De 15h a 39h	45,6	21,4	14,1	18,9	100	51,0	40,2	3,5	5,3	100
	A partir de 40h	23,7	33,7	13,6	29,0	100	11,7	47,0	18,8	22,4	100
Centro-Oeste	Até 14h	64,5	20,5	0,0	15,0	100	93,5	0,0	0,0	6,5	100
	De 15h a 39h	50,0	32,1	6,9	11,0	100	48,0	39,4	8,3	4,3	100
	A partir de 40h	31,6	35,6	15,1	17,7	100	13,5	56,3	14,3	16,0	100
Brasil	Até 14h	81,3	10,0	1,9	6,8	100	94,8	4,0	0,5	0,6	100
	De 15h a 39h	76,2	14,0	3,9	5,9	100	64,6	30,6	2,3	2,5	100
	A partir de 40h	53,7	27,1	7,9	11,3	100	37,2	40,8	11,4	10,5	100

Fonte: Elaboração da autora.

Das pessoas “exclusivamente agrícolas” na região Norte do Brasil que trabalham até 14h semanais 71,7% possuem menos de 1SM mensais e apenas 4,5% recebem a partir de 3SM. Porém, quando observado os dados das pessoas que trabalham a partir de 40h semanais os mesmos índices são: 46,8% para indivíduos com menos de 1SM por mês e 6,5% para aqueles recebem a partir de 3SM mensais. Já quando analisados os dados das pessoas residentes em domicílios “pluriativos” para a mesma região brasileira os dados apresentam características distintas, das pessoas que trabalham até 14h semanais cerca de 90% ganham menos de 1SM por mês e cerca de 5,5% recebem de 2SM a menos de 3SM mensalmente. Todavia, a grande mudança ocorre quando são observados os dados das pessoas que trabalham 40h ou mais por semana, cerca de 30% recebem menos de 1SM por mês e o índice de pessoas que recebem a partir de 3SM sobe para 9%. Percebe-se que os indivíduos “pluriativos” em sua maioria possuem mais horas trabalhadas em relação a renda do que os indivíduos “exclusivamente agrícolas”.

Na região Nordeste do Brasil os dados da PNAD do ano de 2009 corroboram com características interessantes da amostra estudada, no entanto a tabela ainda mostra situações de trabalho e rendimento parecidos com o Norte brasileiro. Os dados informam que cerca de 97,5% das pessoas em domicílios “exclusivamente agrícolas” que recebem menos de 1SM por mês trabalham até 14h semanais, e 1,5% destes mesmos ganham a partir de 3SM. Das pessoas que trabalham 40h ou mais por semana cerca de 80% ganham menos de 1SM por mês, 15,5% recebem de 1SM a menos de 2SM e cerca de 2,5% ganham a partir de 3SM. Entretanto, quando analisados os dados das pessoas em domicílios “pluriativos” os dados já demonstram uma situação diferente, quando observados as pessoas que trabalham a partir de 40h semanais, cerca de 23% destes recebem menos de 1SM, cerca de 32% ganham de 1SM a menos de 2SM e 2,7% recebem a partir de 3SM ou mais por mês. Já os indivíduos que trabalham até 14h os dados evidenciam uma situação interessante, estatisticamente não foram encontradas pessoas nesse estrato que ganhassem mais de 1SM por mês na região Nordeste do Brasil.

A região Sudeste já possui características distintas das apresentadas pelas as regiões Norte e Nordeste do Brasil, os dados revelados pelos residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas” da região evidenciam que mesmo os indivíduos que dedicam menos horas ao trabalho por semana, recebem mais pelas suas atividades por mês do que os indivíduos das outras regiões citadas acima. Assim, dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” que trabalham até 14h semanais cerca de 70% recebem até 1SM por mês, todavia quando observado a porcentagem daqueles que recebem a partir de 3SM é de 16% índice, significamente, maior do que as outras regiões já analisadas. Quando observado os

dados das pessoas que dedicam 40h horas ou mais por semana ao trabalho os dados da PNAD evidenciam que os indivíduos estão mais distribuídos nas faixas de rendimento, 40% ganham menos de 1SM, cerca de 41,5% recebem de 1SM a menos de 2SM por mês e cerca de 10,5% recebem a partir de 3SM. Já os dados dos indivíduos “pluriativos” ratificam que as pessoas que dedicam pouco tempo ao trabalho também recebem pouco, cerca de 77,5% das pessoas que destinam 14h semanais ao trabalho recebem menos de 1SM. Contudo, dos indivíduos que trabalham a partir de 40h semanais cerca de 23% recebem menos de 1SM, cerca de 48% ganham de 1SM a menos de 2SM e 14% destas pessoas recebem a partir de 3SM mensalmente.

Os dados da região Sul brasileira corroboram que a região está entre os locais que mais concentram os indivíduos com a renda elevada, mesmo para aqueles que se dedicam menos ao trabalho, e também é o local onde os dados apresentam-se mais distribuídos ao longo da tabela, o que mostra que a hora/trabalho é melhor remunerada do que em outras regiões do Brasil. Os dados das pessoas “exclusivamente agrícolas” que trabalham até 14h relatam que cerca de 71% recebem menos 1SM, 13,1% recebem de 1SM a menos de 2SM por mês e cerca de 9,5% recebem a partir de 3SM mensais. O fato interessante nos dados das pessoas “exclusivamente agrícolas”, que trabalham a partir de 40h semanais, é que é a única região onde o índice de pessoas que recebem a partir de 3SM ou mais por mês- 29% dos indivíduos- é maior que do que aqueles que recebem menos de 1SM (cerca de 23,5%) .Já os dados das pessoas “pluriativas” descortinam que cerca de 87% recebem menos de 1SM mensalmente e 13,2% ganham de 1SM a menos de 2SM no estrato de indivíduos que trabalham até 14h semanais. Os dados daqueles que se dedicam ao trabalho 40h ou mais por semana seguem a mesma tendência dos indivíduos “exclusivamente agrícolas”: cerca de 11,5% recebem menos de 1SM por mês, 47% recebem de 1SM a menos de 2SM mensalmente e cerca de 22,5% recebem a partir de 3SM por mês.

Os dados da região Centro-Oeste do Brasil possuem características espaciais semelhantes aos indivíduos da região Sul. Das pessoas “exclusivamente agrícolas”, que dedicam até 14h semanais ao trabalho, 64,5% recebem menos de 1SM mensalmente, 20,5% ganham de 1SM a menos de 2SM por mês e 15% recebem a partir de 3SM por mês. Já para aqueles que trabalham a partir de 40h por mês os dados da PNAD demonstram que cerca de 31,5% recebem menos de 1SM por mês, cerca de 35,5% ganham de 1SM a menos de 2SM, cerca de 15% recebem de 2SM a menos de 3SM e 17,7% dos indivíduos recebem a partir de 3SM por mês. Já os dados dos indivíduos “pluriativos” evidenciam que aqueles que trabalham até 14h semanais se concentram quase que exclusivamente no estrato compreendido de menos de 1SM mensais, ou seja, 93,5% desses indivíduos, já

6,5% recebem a partir de 3SM por mês. Já os dados das pessoas que trabalham a partir de 40h semanais revelam que, a maioria, cerca de 56,5% dos indivíduos recebem de 1SM a menos de 2SM por mês e 16% ganham a partir de 3SM mensais.

Os dados que a última tabela revela confirmam as informações que a pesquisa dissertativa vem abordando. É evidente a discrepância entre as grandes regiões brasileiras e também entre os indivíduos “exclusivamente agrícolas” e os “pluriativos”, é manifesto na tabela que estes últimos possuem maior quantidade horas trabalhadas por semana o que vem influenciar positivamente na renda, chamando a atenção para os dados “positivos” da região Sul do Brasil.

Outro ponto importante de análise nesta tabela é a verificação de que as regiões Norte e Nordeste, neste caso para ambos os residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos”, necessitam de atenção para as suas demandas específicas, mesmo aqueles indivíduos que trabalham a partir de 40h semanais não recebem a mesma remuneração das outras regiões brasileiras o que demonstra que no Norte e Nordeste a hora/trabalho é menor do nas outras regiões.

A partir deste ponto, a análise se volta para a verificação da relação entre as horas trabalhadas por semana e o nível educacional por grandes regiões brasileiras dos indivíduos estudados no trabalho. Também devido ao grande número de observações, esta foi desmembrada em duas tabelas, a primeira (tabela 9) vem a relatar somente os indivíduos “exclusivamente agrícolas” a segunda (tabela 10) vem a tratar somente das pessoas “pluriativas” em domicílios rurais na agricultura familiar.

Tabela 9- Nível educacional das pessoas em relação a porcentagem de horas trabalhadas em domicílios “exclusivamente agrícolas” por grandes regiões e Brasil, PNAD, 2009.

Grande Região	Horas Trabalhadas	Nível Educacional									Total
		Sem Instrução	1 a 3 anos estudo	4 anos de estudo	5 a 7 anos de estudo	8 anos de estudo	9 ou 10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 a 14 anos de estudo	15 anos ou mais	
Norte	Até 14h	41,2	31,6	13,3	6,4	5,3	0,0	2,1	0,0	0,0	100,0
	De 15h a 39h	28,0	28,3	16,2	17,3	3,6	1,9	2,0	0,7	2,0	100,0
	A partir de 40h	22,6	29,2	22,0	9,4	6,4	3,8	4,2	1,2	1,1	100,0
Nordeste	Até 14h	39,3	17,3	16,0	12,8	5,2	3,2	4,7	1,6	0,0	100,0
	De 15h a 39h	46,8	23,4	11,6	9,9	2,4	1,7	3,4	0,6	0,2	100,0
	A partir de 40h	41,9	27,0	13,4	9,2	3,1	1,1	3,6	0,3	0,4	100,0
Sudeste	Até 14h	57,8	22,9	19,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	De 15h a 39h	24,4	34,8	23,3	4,2	2,4	0,0	8,6	2,4	0,0	100,0
	A partir de 40h	17,4	26,3	22,6	10,0	7,5	3,0	8,7	1,8	2,7	100,0
Sul	Até 14h	24,0	28,7	12,9	21,7	6,4	0,0	3,1	0,0	3,3	100,0
	De 15h a 39h	13,4	22,7	31,0	14,1	8,2	3,4	4,4	2,0	0,7	100,0
	A partir de 40h	8,9	17,0	28,1	21,9	9,8	3,3	6,6	2,9	1,4	100,0
Centro-Oeste	Até 14h	25,5	23,0	24,0	8,5	0,0	15,5	3,5	0,0	0,0	100,0
	De 15h a 39h	20,8	32,0	15,3	12,4	4,2	4,4	5,7	0,0	5,2	100,0
	A partir de 40h	15,1	25,3	17,2	18,1	4,4	3,1	12,8	1,2	2,8	100,0
Brasil	Até 14h	36,3	22,9	16,2	12,4	4,4	3,1	3,4	0,7	0,8	100,0
	De 15h a 39h	35,9	25,4	16,3	11,1	3,5	2,0	4,0	1,0	0,8	100,0
	A partir de 40h	26,7	24,5	19,5	12,9	5,8	2,3	5,7	1,3	1,2	100,0

Fonte: Elaboração da Autora.

A tabela 9 esclarece, primeiramente, a baixa relação dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” entre horas trabalhadas e o seu nível educacional. Observa-se, ao verificar os dados do Brasil, que a maioria dos indivíduos independente do número de horas trabalhadas concentram-se nos estratos inferiores de até 7 anos de estudos, ou seja, ainda durante as fases do ensino fundamental. Revelando índices muito abaixo do esperado e sabendo que educação está diretamente relacionada com a quantidade de horas trabalhadas, mesmo estando ciente da “suposta premissa” que indivíduos que estudam mais tendem ganhar mais por hora trabalhada, os dados da PNAD não os têm confirmado. Ao verificar os dados observam-se diferenças significativas entre as regiões brasileiras. As regiões Norte e Nordeste apresentam características semelhantes e com alta concentração de pessoas na parte inferior da tabela, a região Sudeste apresenta peculiaridades em seus dados e as regiões Sul e Centro-Oeste são os locais em que os dados estão mais distribuídos ao longo da tabela, como poderá ser observado nas descrições estatísticas abaixo.

Na região Norte do Brasil os dados demonstram que cerca de 41% dos indivíduos que trabalham até 14h semanais não possuem instrução educacional já para aqueles que trabalham 40h ou mais por semana o mesmo índice cai para cerca de 22,5% das pessoas, ainda relatando os dados daqueles que trabalham a partir de 40h semanais 29,2% possuem somente de 1 a 3 anos de estudos, 4,2% detém 11 anos de estudos e apenas 1,1% destes possuem 15 anos ou mais de instrução educacional. Na região é ressaltado que os indivíduos que trabalham até 14h semanais, 31,3% detém de 1 a 3 anos de estudos e cerca de 13,5% possuem 4 anos de estudos. Já para as pessoas que dedicam de 15h a 39h semanais ao trabalho os dados apontam que 28% não possuem instrução educacional, cerca de 17,5% detém de 5 a 7 anos de estudos e cerca de 2% possuem de 9 a 10 anos de estudo e 2% possuem 15 anos ou mais de escolaridade.

Já na região Nordeste do Brasil os dados da PNAD não demonstram muita diferença em relação aos da região Norte. Cerca de 39,5% dos indivíduos que trabalham até 14h semanais não possuem instrução educacional, porcentagem acima da média nacional que é de 36,3%, cerca de 17,3% possuem de 1 a 3 anos de estudo e apenas 4,7% possuem 11 anos de estudo. Quando observados os dados das pessoas que trabalham 40h ou mais por semana é explicado que 27% detém de 1 a 3 anos de estudos, 9,2% possuem de 5 a 7 anos, cerca de 3,5% dos indivíduos possuem 11 anos de estudos e cerca de 0,5% possuem 15 anos ou mais de estudos. Os dados das pessoas que trabalham a partir de 40h semanais estão espacialmente melhor distribuído ao longo da tabela.

A região Sudeste apresenta características interessantes, é a região em que os indivíduos que trabalham até 14h semanais possuem a maior porcentagem de pessoas sem instrução educacional, cerca de 58%, cerca de 23% destes possuem apenas de 1 a 3 anos e 19,3% possuem 4 anos de estudo, esclarecendo que nesta região quanto maior o nível educacional dos indivíduos maior o tempo de trabalho. Parece que a obtenção do trabalho nesta região é diretamente ligada ao nível educacional, indivíduos que não possuem instrução educacional não conseguem trabalho ou “sobrevivem” de trabalhos extras que não ocupam todo o tempo disponível destes indivíduos. Já quando observados as porcentagens dos indivíduos que trabalham 40h ou mais por semana os dados desvendam que cerca de 17,5% dos indivíduos não possuem instrução educacional, 10% possuem 10 anos de estudos, 8,7% dos indivíduos possuem 11 anos e 2,7% detém 15 anos ou mais de estudos.

Os dados da região Sul já começam a apresentar diferenças significativas em relação às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Primeiramente é evidente a queda na porcentagem dos indivíduos com baixa instrução educacional em todos os estratos de horas trabalhadas da tabela. Diferente da região Sudeste os dados dos “exclusivamente agrícolas” da região Sul ratificam um maior nível educacional mesmo aqueles que dedicam um número menor de horas ao trabalho durante a semana. Das pessoas que trabalham até 14h semanais 24% destes não possuem instrução educacional cerca de 28,5% detém de 1 a 3 anos, cerca de 3% possuem 11 anos de estudos e cerca de 3,5% detém 15 anos ou mais. Já os indivíduos que trabalham 40h ou mais por semana os dados revelam que eles concentram-se no estrato de 4 anos de estudos (22%) até o estrato compreendido de 10 anos de estudo (10% das pessoas), apenas cerca de 9% dos indivíduos não possuem instrução educacional e cerca de 1,5% dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” em domicílios rurais possuem 15 anos ou mais de estudo na região Sul.

No Centro-Oeste do Brasil os dados da PNAD possuem semelhanças com os dados da região Sul do Brasil, ela apresenta dados que chamam atenção por revelar estatísticas altas na parte final da tabela. Dos indivíduos “exclusivamente agrícolas” que trabalham até 14h semanais 25,5% não possuem instrução educacional, 24% destes detém pelo menos 4 anos de estudo, 15,5% possuem 9 ou 10 anos e 3,5% possuem 11 anos de estudos. Das pessoas que trabalham de 15h a 39h semanais os dados nesta região chamam a atenção para o fato de que cerca de 5% destes possuem 15 anos ou mais de estudos, destoando das outras regiões. Já aqueles trabalham a partir de 40h semanais os dados comprovam que cerca de 15% não detém instrução educacional, 25,3% detém de 1 a 3 anos de estudo na região, cerca de 13% possuem 11 anos de estudo e cerca de 3%

possuem 15 anos ou mais de estudos- apresentando o maior índice no estrato de 40h semanais de todas as regiões brasileiras.

A próxima tabela analisada traz em evidencia os dados dos indivíduos “pluriativos” por grandes regiões brasileiras, é evidente o contraste em relação aos dados apresentados pelas pessoas “exclusivamente agrícolas”. Os índices dos indivíduos sem instrução educacional em relação ao número de horas trabalhadas caem em todas as grandes regiões brasileiras e conseqüentemente os dados de indivíduos com maior nível educacional aumenta em todos os estratos analisados. Esta constatação revela que os indivíduos classificados como “pluriativos” pela pesquisa detêm um maior nível educacional em relação ao tempo dedicado ao trabalho. Ao analisar os dados por grandes regiões brasileiras, apesar das diferenças significativas já mencionadas, eles apresentam as mesmas diferenças regionais das pessoas “exclusivamente agrícolas”, as regiões Norte e Nordeste possuem dados mais concentrados na parte inferior da tabela enquanto que no Sudeste, Sul e Centro-Oeste os dados revelam dados espacializados ao longo da tabela.

Na região Norte do Brasil os dados revelam que dos indivíduos que trabalham até 14h semanais 27,5% não possuem instrução educacional, cerca de 46% possuem de 1 a 3 anos estudos, 7,6% detêm 8 anos e 11% dos indivíduos possuem 11 anos de estudo. Dos indivíduos que trabalham de 15h a 39h semanais cerca de 29% possuem de 5 a 7 anos de estudos, cerca de 8% possuem 11 anos de estudos e 7,2% possuem 15 anos ou mais de estudos. Já as pessoas que trabalham 40h ou mais por semana cerca de 15,3% não possuem instrução educacional cerca de 16,5% possuem de 1 a 3 anos de estudos, 13,2% detêm 11 anos, cerca de 4,5% possuem de 12 a 14 anos de estudo e 2% detêm 15 anos ou mais de estudos- índice relativamente maior do que o apresentado pelos indivíduos “exclusivamente agrícolas”.

Tabela 10- Nível educacional das pessoas em relação à porcentagem de horas trabalhadas em domicílios “pluriativos” por grandes regiões e Brasil, PNAD, 2009.

Grande Região	Horas Trabalhadas	Nível Educacional									Total
		Sem Instrução	1 a 3 anos estudo	4 anos de estudo	5 a 7 anos de estudo	8 anos de estudo	9 ou 10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 a 14 anos de estudo	15 anos ou mais	
Norte	Até 14h	27,5	46,2	2,2	5,5	7,6	0,0	11,0	0,0	0,0	100,0
	De 15h a 39h	12,3	17,9	10,7	29,1	9,3	2,6	8,1	2,8	7,2	100,0
	A partir de 40h	15,3	16,3	12,0	12,5	9,9	14,1	13,2	4,6	2,0	100,0
Nordeste	Até 14h	17,8	15,2	17,1	29,0	6,6	3,5	6,5	2,7	1,6	100,0
	De 15h a 39h	23,4	17,1	13,9	10,1	8,2	5,3	16,7	3,6	1,8	100,0
	A partir de 40h	22,0	19,9	12,1	10,6	7,6	3,9	16,7	3,5	3,7	100,0
Sudeste	Até 14h	11,1	35,9	11,1	0,0	0,0	0,0	30,8	0,0	11,1	100,0
	De 15h a 39h	7,7	14,2	18,8	13,0	14,8	5,0	14,0	4,0	8,3	100,0
	A partir de 40h	6,7	10,7	20,1	9,8	7,7	4,8	28,2	3,1	8,8	100,0
Sul	Até 14h	21,6	0,0	38,8	0,0	4,7	0,0	34,8	0,0	0,0	100,0
	De 15h a 39h	7,2	8,0	17,0	15,3	13,5	7,5	16,3	8,8	6,3	100,0
	A partir de 40h	2,9	7,5	17,4	18,0	14,1	5,5	19,6	6,8	8,2	100,0
Centro-Oeste	Até 14h	19,4	14,8	13,9	6,5	0,0	7,4	38,0	0,0	0,0	100,0
	De 15h a 39h	8,3	21,7	8,3	12,3	8,6	10,2	13,4	6,4	10,7	100,0
	A partir de 40h	8,2	10,9	13,3	13,8	5,6	5,9	23,1	7,0	12,3	100,0
Brasil	Até 14h	18,4	18,6	17,0	19,0	5,1	2,9	15,2	1,7	2,2	100,0
	De 15h a 39h	17,6	15,9	14,4	12,9	9,8	5,5	15,4	4,4	4,1	100,0
	A partir de 40h	13,7	14,7	14,6	12,7	9,4	5,6	19,0	4,6	5,8	100,0

Fonte: Elaboração da autora.

A região Nordeste se assemelha com os dados da região Norte do Brasil, porém apresenta algumas diferenças em seus resultados quanto às variáveis estudadas. Cerca de 18% dos indivíduos que trabalham até 14h semanais não possuem instrução educacional, 29% detém de 5 a 7 anos de estudo, 6,5% possuem 11 anos de escolaridade e cerca de 1,5% possuem 15 anos mais de escolaridade. Já aqueles que trabalham de 15 a 39h semanais os dados demonstram que cerca de 23,5% não possuem instrução educacional, 8,2% possuem 8 anos de estudo, cerca de 16,5% detém 11 anos de estudo e cerca de 2% possuem 15 anos ou mais de estudos. Os indivíduos que trabalham 40h semanais ou mais por semana os dados apontam que 22% não possuem instrução educacional, cerca de 20% possuem de 1 a 3 anos de estudo, 10,5% detém de 5 a 7 anos de escolaridade e 3,7% dos indivíduos da região Nordeste detém 15 anos ou mais de estudos.

Os dados da região Sudeste do Brasil mostram interessantes características. Das pessoas que trabalham até 14h semanais cerca de 11% não possuem instrução educacional, cerca de 36% possuem de 1 a 3 anos, cerca de 31% detém 11 anos de escolaridade e estatisticamente também cerca de 11% possuem 15 anos ou mais de estudos. Já aqueles que trabalham de 15 a 39h semanais os dados relatam que 7,7% não possuem instrução educacional, cerca de 19% detém 4 anos de estudo, 14% das pessoas possuem 11 anos de escolaridade e cerca de 8,5% possuem 15 anos ou mais de estudos. Dos indivíduos que trabalham 40h semanais ou mais cerca de 6,5% não possuem instrução educacional, cerca de 10% possuem de 5 a 7 anos de estudos cerca de 28% detém 11 anos e cerca de 9% possuem 15 anos ou mais de escolaridade.

Os dados da PNAD da região Sul já se apresentam um pouco diferenciados. Dos indivíduos que trabalham até 14h semanais cerca de 21,5% não possuem instrução educacional, cerca de 39% possuem 4 anos de estudos e cerca de 35% possuem 11 anos de estudos. Das pessoas que trabalham entre 15h a 39h horas semanais cerca de 7% não possuem instrução educacional, 8% detém de 1 a 3 anos de estudos, cerca de 16% possuem 11 anos de escolaridade, cerca de 9% detém de 12 a 14 anos de estudos e cerca de 6,5% possuem 15 anos ou mais de escolaridade. Já os indivíduos que trabalham 40h semanais os dados da PNAD demonstram que cerca de 3% não possuem instrução educacional, 7,5% possuem de 1 a 3 anos de estudo, cerca de 17,5% detém 4 anos, cerca de 19,5% possuem 11 anos de escolaridade, cerca de 7% detém de 12 a 14 anos de estudo e cerca de 8% possuem 15 anos ou mais de escolaridade.

Já a região Centro-Oeste ratifica dados semelhantes com os apresentados pela região Sul do país. Dos indivíduos que trabalham até 14h semanais na região as estatísticas

desvendam que cerca de 19,5 % não possuem instrução educacional, cerca de 15% da amostra detém de 1 a 3 anos de escolaridade, cerca de 14% destes possuem 4 anos, 38% possuem 11 anos de estudos. Já aqueles que trabalham a partir de 40h semanais os dados revelam que cerca de 8% não possuem instrução educacional, cerca de 11% detém de 1 a 3 anos de estudo, cerca de 23% detém 11 anos de instrução educacional e cerca de 12,5% possuem 15 anos ou mais de escolaridade.

Os resultados dos dados do tempo dedicado ao trabalho explicam que- fazendo as devidas ressalvas sobre as características regionais brasileiras demonstradas pelos dados- os indivíduos em domicílios “pluriativos” não apresentam grandes disparidades em relação às pessoas residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas” na variável estudada. Mesmo assim, os dados trazem importantes informações sobre como se comportam os indivíduos em relação ao tempo dedicado ao trabalho e como ele interfere na renda e educação dessas pessoas em domicílios rurais.

Os dados da PNAD do ano de 2009 apresentam características socioeconômicas essenciais. Confirma que a formação de uma sociedade desigual e ainda o longo processo de “modernização conservadora” em que a opção brasileira em vez de privilegiar a estruturação de uma sociedade mais justa, fez-se a opção de uma reestruturação do grande latifúndio, veio a aumentar significativamente as heterogeneidades entre o “agricultor familiar” e o “grande proprietário”.

Diante dessas transformações é evidente a intensificação de pessoas no meio rural no decorrer da segunda metade do século XX em atividades em que não necessariamente estivessem ligadas as formas tradicionais da agricultura mesmo estando no meio rural. Graziano da Silva (200) diante destas “transformações” já relata que “*a pequena agricultura é parte de um todo, de um sistema, em que a agroindústria e a pluriatividade são fundamentais.*” (pág.167). Os chamados agricultores “pluriativos” têm desempenhado um importantíssimo papel na estrutura rural do Brasil, seja para manutenção/sobrevivência da renda rural ou mesmo para diversificação de sua renda. Neste ponto, já se percebe as diferenças entre as grandes regiões brasileiras, apontando para as enormes disparidades entre as categorias contempladas na pesquisa.

As regiões Norte e Nordeste são os lugares que agricultura familiar está mais presente, por consequência onde se localizam também a maior porcentagem de indivíduos “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” no Brasil. Todavia, são os locais em que os dados da PNAD apontam para a necessidade de maior atenção em relação aos índices

analisados. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste já revelam características diferenciadas das outras duas regiões brasileiras, nestes lugares a pluriatividade se caracteriza por modo de produção que objetiva a diversificação da produção dos agricultores familiares; parecendo se prestar a atender as diversas especificidades do mercado. Foram observados que nesses locais ela não é utilizada para a sobrevivência dos trabalhadores do campo no Brasil.

Desta forma, a pesquisa contribui para elucidação dos diversos fatores que compõem as diferenças entre os indivíduos residentes em domicílios “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” na agricultura familiar, destacando as enormes desigualdades entre as grandes regiões brasileiras. Demonstrando, principalmente, como a adoção de políticas que favoreçam determinados segmentos da sociedade em detrimento de outros pode gerar profundos abismos socioeconômicos entre as pessoas residentes no meio rural.

Considerações Finais

O trabalho buscou analisar as diferenças socioeconômicas entre pessoas ocupadas em atividades “exclusivamente agrícolas” e “pluriativas” por grandes regiões brasileiras. A pesquisa também expôs algumas das razões das desigualdades entre os estratos mais ricos e mais pobres entre aqueles que pertencem à agricultura familiar.

Neste sentido, os dados da PNAD do ano de 2009 puderam demonstrar as grandes disparidades regionais brasileiras. As regiões Norte e Nordeste são os locais em que agricultura familiar está em maior número no Brasil, por consequência, onde se localizam também a maior porcentagem de indivíduos “pluriativos”. Entretanto é onde se concentram o menor nível de renda em ambas as categorias analisadas na pesquisa, chamando a atenção para o fato que nessas regiões a renda das pessoas em domicílios rurais “pluriativos” é maior do que a renda dos indivíduos “exclusivamente agrícolas”. Esse indicador revela que nesses lugares o recurso da pluriatividade é utilizado como um fator de sobrevivência e permanência das pessoas no campo e não uma forma de diversificação da renda dos agricultores familiares, já que a pluriatividade se apresenta como uma alternativa para compensar o baixo nível de renda agrícola.

Ainda descrevendo sobre a renda das pessoas, nas regiões Sul e Centro-Oeste, os dados da PNAD do ano de 2009 já evidenciam o efeito contrário das regiões citadas acima. No Sul e Centro-Oeste, a renda dos indivíduos “pluriativos” é menor que a renda dos “exclusivamente agrícolas”, corroborando com o fato de que a agricultura familiar demonstrar ser mais especializada, sendo que o recurso da pluriatividade é visto como uma forma de diversificação da produção.

Os dados da pesquisa ratificam que os lugares mais pobres possuem maior necessidade para ingresso no setor rural não-agrícola. Todavia, os locais como as regiões Norte e Nordeste demonstram ser mais restritos em capacidades devido à escassez de recursos já mencionados, como a educação, a experiência, e ainda possuem uma característica peculiar de limitação do uso da terra, fato que a inviabiliza para sua utilização

como garantia de futuros empréstimos. O ingresso no setor RNA para esses indivíduos parece estar se dando pelos fatores de exclusão.

É evidente que no Norte e Nordeste o ingresso é efetuado muito pela falta de acesso ao mercado ou ao crédito, seja privado seja por meio de políticas sociais do governo, que passam a exigir dessas famílias outras formas de ganho, para gerirem o impacto que elas ocasionam na renda, devido à seca ou até as limitações crônicas como a falta de terra ou ainda recursos financeiros para comprar insumos agrícolas. Assim, a constatação de que essas regiões são os locais em que os indivíduos “pluriativos” estão em maior número se dá ao fato de que a pluriatividade tem servido para manutenção da renda, revelando uma oportunidade maior de ganho, visto que essas são as regiões onde o ganho das pessoas pluriativas é maior do que os “exclusivamente agrícolas”.

As regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, entretando, apresentam características opostas. O ingresso no setor RNA para indivíduos dessas regiões se dá através dos fatores de atração, ou seja, eles utilizam a pluriatividade como um recurso para diversificação e complementação da renda e não manutenção. Eles são atraídos pela possibilidade de uma boa oportunidade de lucro em determinadas atividades do RNA. Esses são os locais onde os diversos fatores de ascensão à pluriatividade, como educação, conhecimentos e habilidades específicas se destacam. É notório que a pluriatividade se presta para atender as especificidades do mercado.

Uma das grandes variáveis estudadas durante todo o processo dissertativo foi o nível educacional das pessoas no campo. A pesquisa demonstra que o nível educacional dos indivíduos não afeta somente o nível de produtividade e renda do trabalho, uma população mais educada torna-se capaz de participar de forma mais ativa na vida social e política do país.

Os dados da PNAD revelaram importantes detalhes sobre a educação das pessoas no campo. Ao analisar os dados dos indivíduos “pluriativos” e “exclusivamente agrícolas” por grandes regiões brasileiras, foi evidenciado que o nível educacional das pessoas pluriativas é maior, corroborando com a teoria de que a educação é um dos grandes fatores atrativos para o ingresso no setor RNA. O interessante é que os dados da PNAD apontam que nas regiões Norte e Nordeste as disparidades entre as categorias é maior do que em relação aos dados apresentados entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Apesar do baixo nível educacional das pessoas do Nordeste e Norte do Brasil, os dados denotam que a pluriatividade é um recurso utilizado para aqueles que detêm um nível educacional maior, como demonstrado pela PNAD. Já nas regiões do chamado Centro-Sul brasileiro as heterogeneidades entre o nível educacional dos indivíduos não evidenciam ser tão dispersos, o que já indica um nível desigualdade menor.

Quando analisados os dados do nível educacional em relação às outras variáveis como a renda e a quantidade de horas dedicadas ao trabalho por semana percebe-se que a influência da educação nessas variáveis é maior nas regiões Sul e Sudeste e nos indivíduos pluriativos, ou seja, quanto maior o nível educacional maior a renda e também a quantidade de horas dedicadas ao trabalho.

Outro ponto a ser finalizado neste momento é a distribuição dos recursos do PRONAF. Diante da literatura exposta na pesquisa, foram observados os locais em que mais os recursos do programa tem sido direcionados, como as regiões Sul, Centro-Oeste e ainda o estado de Minas Gerais que consistem justamente em locais em que a pluriatividade tem sido utilizada como uma atividade para a diversificação da renda e não sendo a principal atividade e onde também o nível educacional é maior em ambas as categorias, tanto nos “exclusivamente agrícolas” como nos “pluriativos”. Desse modo, levando em consideração que até o ano de 2009- ano referência da base de dados- o PRONAF não possuía a questão da pluriatividade muito bem definida em seus requisitos, é plausível que os lugares onde a pluriatividade é mais forte serem os locais onde menos os recursos são alocados.

Contudo, os dados da PNAD demonstram que não são esses os locais em que deveriam ser direcionados os recursos da política social. Mesmo que os dados da PNAD não ofereçam estatísticas específicas sobre o programa e também não possuam essa finalidade, pode ser constatado que os locais que mais necessitam do apoio da política social são as regiões Norte e Nordeste do Brasil; possibilitando um desenvolvimento mais equitativo das grandes regiões brasileiras. Se segundo Höfling (2001) a função de toda política social é garantir, por parte do estado, a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, pode ser observado no trabalho que esses direitos não tem sido cumpridos no Brasil.

A pesquisa observa que a expansão das atividades rurais não-agrícolas não vem somente a apresentar um acréscimo das oportunidades de trabalho para os membros da

família, mas sim também uma oportunidade de sobrevivência, em geral precária, explica muito bem o quadro levantado pela pesquisa. O trabalho evidenciou as várias disparidades socioeconômicas chamando atenção para necessidade de políticas sociais específicas e regionais que garantam a manutenção da renda/trabalho dos agricultores familiares, visto que os dados da PNAD revelam que o recurso das atividades rurais não-agrícolas pelos indivíduos em domicílios “pluriativos” brasileiros tem apresentado enormes disparidades, seja apenas para a diversificação da produção ou usada como estratégia de sobrevivência para permanecer no campo, como no caso das regiões Norte e Nordeste. Isto demonstra ser efetivamente falho já que o ideal é que o recurso da atividade rural não-agrícola seja parte agricultura familiar e não apenas um meio para a sobrevivência das pessoas; elas devem coexistir em um mesmo sistema.

Mesmo que os dados da PNAD sejam limitados quanto a informações detalhadas sobre a população contemplada na pesquisa, ela traz importantes elementos sobre as características gerais dos indivíduos na agricultura familiar contemplando o objetivo do trabalho.

Por fim, o trabalho cumpre a função de apontar para a necessidade de investimento na educação, principalmente para as pessoas “exclusivamente agrícolas”, à medida que ela explica a maior parcela das disparidades de rendimentos do trabalho dos agricultores familiares. A baixa escolaridade da população tende a contribuir para que o desenvolvimento da pluriatividade ocorra sem a redução das desigualdades socioeconômicas no campo. Um melhor desempenho educacional dos mais pobres pode proporcionar o desenvolvimento mais equitativo, gerando melhores condições de vida para os trabalhadores rurais.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, R. **De Camponeses a Agricultores: Paradigmas do Capitalismo em Questão**. Tese de Doutorado aplicado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1990.

ABRAMOVAY, R. e MORELLO, T. F. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras**. Paper apresentado na Conferência Internacional Dynamics of rural transformation in emerging economies, Nova Deli, 2010.

ALMEIDA, R. A. & PAULÍNO E. T.. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações**. *Geografia*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

ANJOS, F. S. dos, CALDAS, N. V., COSTA, M. R. C. In: **pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.

BALSAN, R.. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BALSADI, O. V. **Agricultura familiar e pluriatividade no Centro-Oeste brasileiro: algumas evidências no período recente**. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção*. Fortaleza : Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2007. v. 1.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R., SANTOS, D. D. e QUINTAES, G. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Rio de Janeiro, Ipea, 2001 (Texto para discussão nº 834).

BRESSER-PEREIRA, L. C. In: **cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos**. *Revista de Filosofia Política - Nova Série*, vol.1, 1997: 99-144.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO A. R., GUANZIROLI C. In: **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, 2003.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF.** Estudos Sociedade e Agricultura. 8, Abril 1997: 70-82.

CASASSUS, J. O estudo da desigualdade. In: **A escola e a desigualdade.** Juan Casassus, 2 ed. Brasília: Liber. Livro Editora, UNESCO, 2007, PP 37-58.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.** (vls.1 e 2). Porto Alegre: Ed. Globo, 1979.

FONTES, R. M.O., COUTINHO, J. T.L., BUENO, B. M. Desigualdades de Oportunidades Educacionais entre Crianças Brasileiras: Uma Análise Regional. In: **Paper prepared for delivery at the 2010 Congress of the Latin American Studies Association,** Toronto, Canada October 6-9, 2010.

GOHN, M. da G.. In: **Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina.** Dossiê Política e Sociedade, vol. 10, n. 18, abril de 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2ª Ed, Revista Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. In: **O Novo Rural Brasileiro.** Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. In: **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro.** Revista Estudos Avançados, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J., GROSSI, M. D., CAMPANHOLA, C. In: **O que há de Realmente Novo no Rural Brasileiro.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, vol. 19, n-1, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro.** In: IAPAR. (Org.). Ocupações Rurais Não-Agrícolas: anais: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000, v. I, p. 165-173.

GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI M. E. **A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro — 1992-95.** IN: XXV Encontro Nacional de Economia, Recife, dez./1997.

GUANZIROLI, C. E.. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.2, pp. 301-328. ISSN 0103-2003.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**. Texto para discussão nº807. IPEA/2001.

HOFFMANN, R. e NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, 108p., ISBN: 978-85-60548-72-9.

HÖFLING, E DE M. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<http://SALADEIMPrensa.IBGE.GOV.BR/NOTICIAS?VIEW=NOTICIA&ID=1&BUSCA=1&IDNOTICIA=1466>

<http://MEUARTIGO.BRASESCOLA.COM/SOCIOLOGIA/OS-TIPOS-DOMINACAO-SEGUNDO-MAX-WEBER.HTM>

IANNI, O. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, volume 70, 1998.

KAMIMURA, A., OLIVEIRA, A. de e BURANI, G. F.. **A agricultura familiar no Brasil: um retrato do desequilíbrio regional**. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2010, vol.11, n.2, pp. 217-223. ISSN 1518-7012.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo, Nova Cultura, 1986.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 4ª edição, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1978.

MATTEI, L. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.4, pp. 1055-1073. ISSN 0103-2003.

NASCIMENTO, C. A. do. **A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 317-348, ago. 2009.

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade e política pública: o caso do Sul do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 3 (107), pp. 452-471, julho-setembro/2007.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

NEY, M. G. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2006.

NEY, M. G. **Equações de rendimentos: o efeito da posse da terra**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2002.

NEY, M. G., HOFFMANN R. **Atividades não-agrícolas e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

NEY, M. G. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2006.

NEY, M. G. **Equações de rendimentos: o efeito da posse da terra**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2002.

NEY, M. G., HOFFMANN R. **A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural**. Economia aplicada, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 365-393, Julho-Setembro, 2008.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios 2009, IBGE, 2010. **Notas Metodológicas**. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>, acesso em 19/12/2011.

PNAD 2009. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

QUINTANEIRO T., BARBOSA M. L. O., OLIVEIRA M. G. In: **Um Toque de Clássicos**, 2. Ed, Belo Horizonte, UFMG, 2002.

REARDON, T., CRUZ, M. E. e BERDEGUÉ, J. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. III Simpósio Latino americano de Investigación y Extensión de Sistemas Agropecuarios. Centro Internacional de la Papa. Lima, Peru, 1998.

SCHNEIDER, S. In: **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 253p (A).

SCHNEIDER, S. In: **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18 Nº. 51, 2003.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política 30 (3), 2010.

SCHNEIDER, S., MATTEI, L., CAZELLA, A. A., Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S., CONTERATO M. A., KOPPE L. R., SILVA C. C.. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

SOUZA, P. M., NEY, M. G., PONCIANO, N. J. **Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no período de 1999 a 2009**. Revista Brasileira de Economia (Impresso), v. 65, p. 303-313, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B.. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, p. 29-37, Editora da UFPR, jul./dez. 2000.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

WESZ JUNIOR, V. J. **Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2010, vol.48, n.4, pp. 567-596. ISSN 0103-2003.